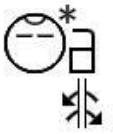
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
CAMPUS SOSÍGENES COSTA

Jaqson Alves Santos

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO DAS PESSOAS NEGRAS SURDAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

PORTO SEGURO-BA
2021

Jaqson Alves Santos



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO DAS PESSOAS NEGRAS SURDAS AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira.

PORTO SEGURO-BA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS / PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), como complementação dos créditos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação para o Ensino das Relações Étnico-Raciais, tendo como área de concentração, Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira.

Os membros da Banca Examinadora consideraram o candidato Jaqson Alves Santos: Aprovado

Banca Examinadora:

Orientadora:
Profa. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (UFSB/PPGER)
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais/IHAC
Universidade Federal do Sul da Bahia/ *Campus* Sosígenes Costa

Avaliadora Interna: Profa. Dra. Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFSB / PPGER)
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais/IHAC
Universidade Federal do Sul da Bahia/ *Campus* Sosígenes Costa

Avaliador Externo: Profa. Dra. Mariléa de Almeida (UGB)
Professora em Centro Universitário Geraldo Di Biase

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S237p Santos, Jaqson Alves, 1990, -
Políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas no ensino superior público no Brasil./ Jaqson Alves Santos. – Porto Seguro, 2021.
128 f.

Orientador: Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais. Campus Sosígenes Costa.

1. Políticas Públicas. 2. Ensino Superior. 3. Negros Surdos. 4. Dupla Diferença. 5. Inclusão. I. Oliveira, Carolina Bessa Ferreira de. II. Título.

CDD – 371.912

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

RESUMO

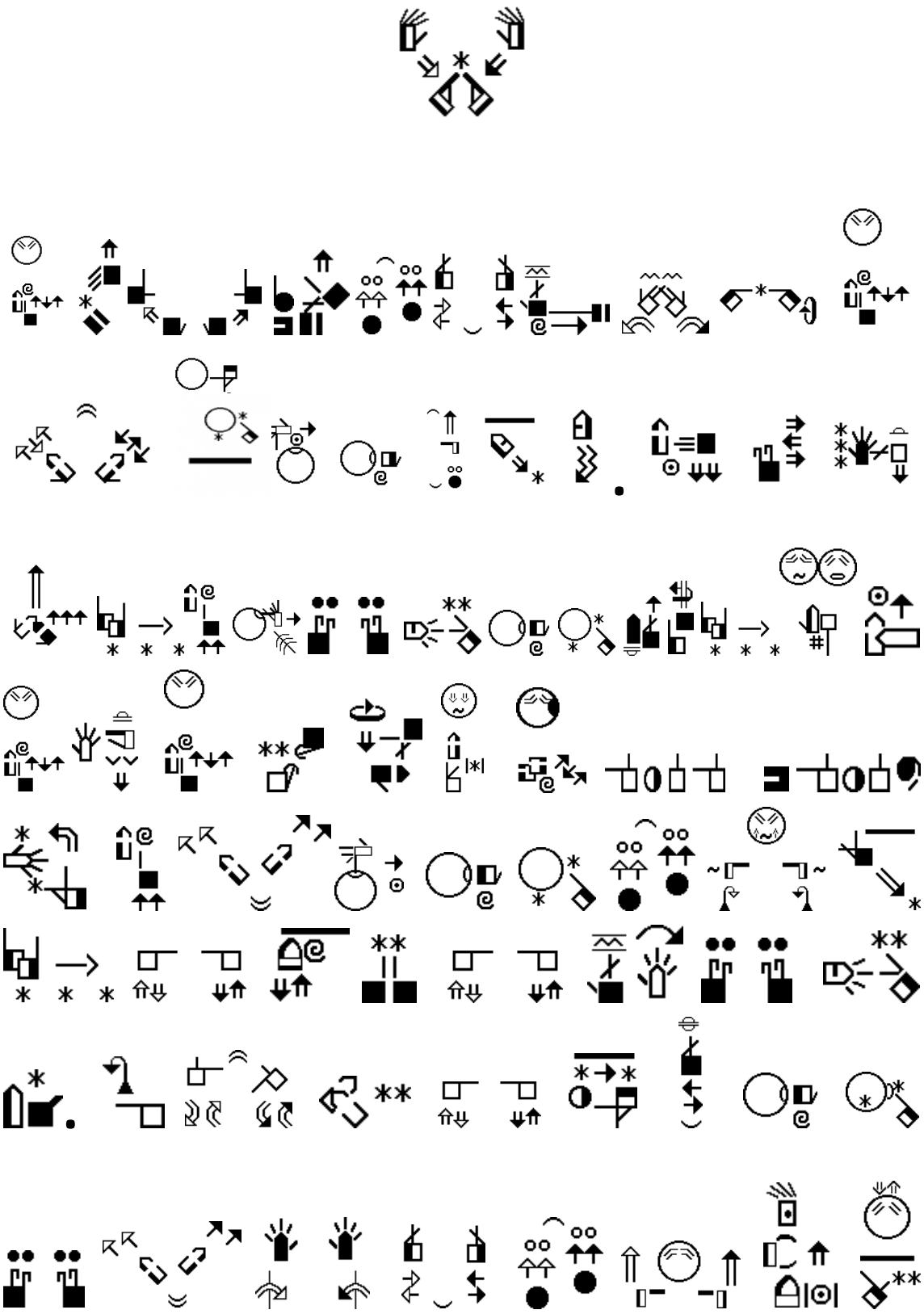
O presente estudo de mestrado foi realizado no Programa de Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) tem como objetivo investigar as políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil. Como metodologia é utilizada a pesquisa bibliográfica e documental para a identificação de pesquisas e teóricos que tematizam a dupla identidade da pessoa negra surda e sua representatividade na sociedade perante o marcador de identificação inicial. No levantamento bibliográfico das pesquisas efetuadas no país, entre os anos de 2012 e 2019, foi priorizado o marcador de acessibilidade das pessoas negras surdas no ensino superior público, visando identificar as políticas existentes e as discussões acerca da dupla identidade. A pesquisa dispõe de metodologia fundada em pesquisa bibliográfica e documental, contendo levantamento de dados com a participação de pessoas negras surdas. Feito isso, buscou-se analisar o processo de consolidação das políticas públicas no ensino superior público voltadas as pessoas negras surdas em busca de saber se os sujeitos negros surdos não acessam o ensino superior devido às ações afirmativas das políticas públicas. Diante dos trabalhos realizados, inferem-se na realização de estudos e políticas públicas que relacionem as pessoas negras surdas em que tange a temática de acessibilidade e inclusão e das relações étnico-raciais no ensino superior e vislumbra-se uma mesa-redonda, composta por convidados negros surdos, além da inserção de um vídeo em Libras (sinalário étnico-racial e apresentação do programa) no site do PPGER. A implantação do vídeo em Libras integra as políticas de inclusão social e diversidade da referida instituição e responde ao reconhecimento da Libras através da Lei n° 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e regulamentada pelo Decreto n° 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

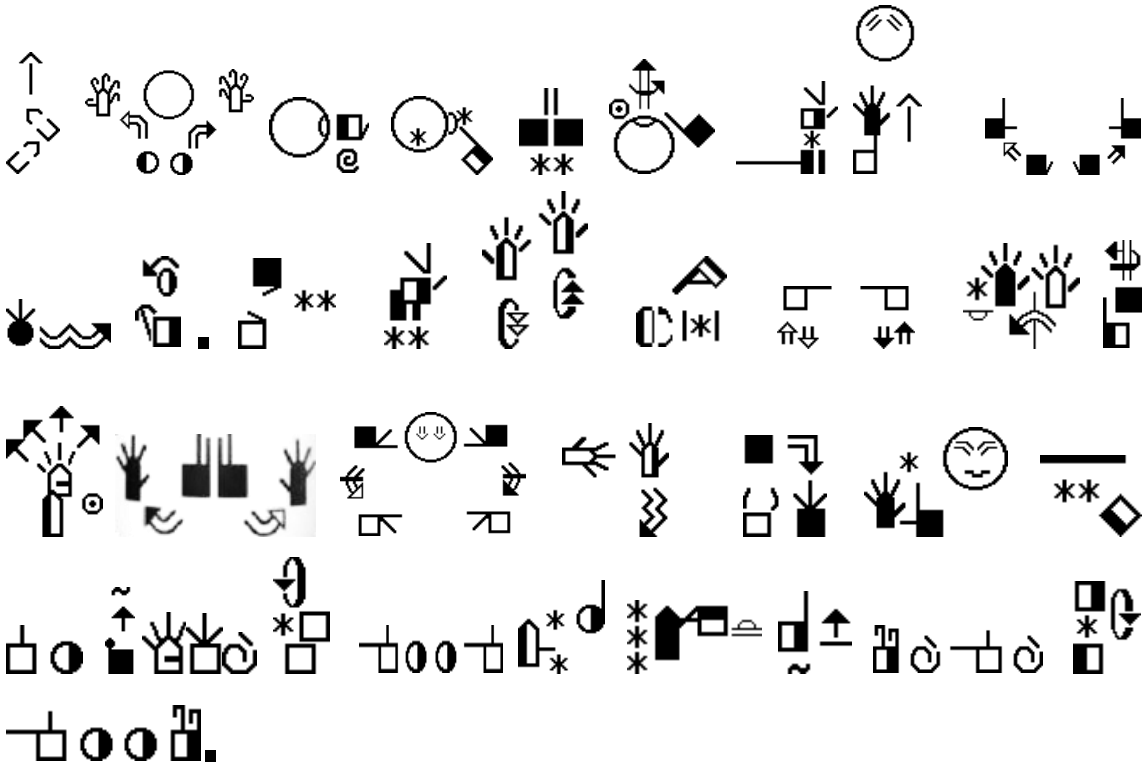
Palavras-Chave: Políticas Públicas. Ensino Superior. Negros Surdos. Dupla Diferença. Inclusão

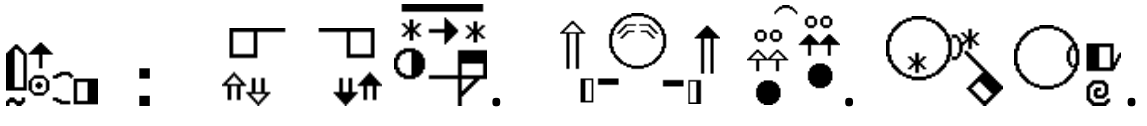
ABSTRACT

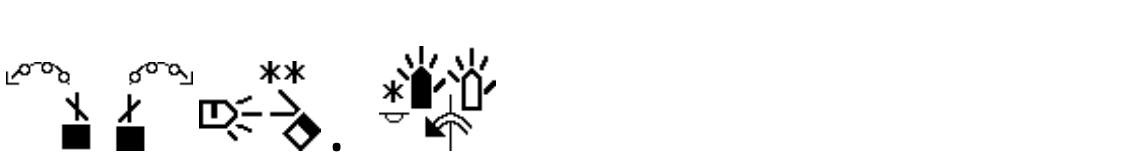
This master's study was carried out in the Education and Ethnic-Racial Relations Program (PPGER) of the Federal University of Southern Bahia (UFSB) and aims to investigate public policies for deaf black people's access to public higher education in Brazil. As a methodology, bibliographic and documental research is used to identify research and theorists that discuss the dual identity of the black deaf person and their representation in society in the light of the initial identification marker. In the bibliographic survey of research carried out in the country, between 2012 and 2019, the accessibility marker of deaf black people in public higher education was prioritized, in order to identify existing policies and discussions about dual identity. The research uses a methodology based on bibliographical and documentary research, containing data collection with the participation of deaf black people. This done, we sought to analyze the process of consolidation of public policies in public higher education aimed at black deaf people in order to find out if black deaf subjects do not access higher education due to affirmative actions of public policies. In view of the work carried out, it is inferred in the realization of studies and public policies that relate black deaf people in relation to the theme of accessibility and inclusion and ethnic-racial relations in higher education, and a roundtable, composed of deaf black guests, in addition to the insertion of a video in Libras (ethnic-racial sign and presentation of the program) on the PPGER website. The implementation of the video in Libras integrates the social inclusion and diversity policies of that institution and responds to the recognition of Libras through Law No. 10.436/2002 (BRASIL, 2002) and regulated by Decree No. 5.626/2005 (BRASIL, 2005).

Keywords: Public Policy. University education. Deaf Blacks. Double Difference. Inclusion









LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS	TÍTULOS	PÁGINAS
01	Sinal do nome Jaqson	01
02	Sinal do nome Jaqson na escrita de sinais - *Sign Writing*	01
03	Polos do curso de Letras Libras (2006 – 2019)	48
04	Sinal do Movimento Negro Surdo	55
05	Arte do ERERDAS	56

LISTA DE QUADROS

QUADROS	TÍTULOS	PÁGINAS
01	Movimentos, Inclusão Social do Negro Surdo	52
02	Teses com a temática: surdez e raça (2012-2019)	58
03	Teses com a temática: Educação com o recorte Negro Surdo (2012 a 2019)	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGER	Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
ACS	Assessoria de Comunicação Social
AEE	Atendimento Educacional Especializado
Apdemb	Associação das Pessoas com Deficiência do Município de Brumado e Região
App	Aplicativo
BA	Bahia
CC	Componente Curricular
CEB	Colégio Estadual de Brumado
CONSUNI	Conselho Universitário
CPF	Campus Paulo Freire
CPL	Comitê de Política Linguística
EaD	Educação a Distância
ERERDAS	Estudos das Relações Étnico-Raciais nos Diversos Âmbitos Sociais
FACEI	Faculdade Einstein
FAERPI	Faculdade Entre Rios do Piauí
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPIMA	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas
GEPIMARM	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas e Recursos Midiáticos
GTs	Grupos de Trabalho
h	Hora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km	Quilômetros
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
LS	Língua de Sinais
L2	Segunda língua
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PcD	Pessoa com Deficiência
PDF	Portable Document Format
PROTIC	Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
PST	Prestação de Serviços Temporários
PT	Partido dos Trabalhadores
R2	Segunda Graduação
RS	Rio Grande do Sul
SAI	Setor de Acessibilidade e Inclusão
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEESP	Secretaria da Educação Especial
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sesu	Secretaria da Educação Superior
Setres	Secretaria do Trabalho e da Economia Solidária
Setur	Secretaria de Estado de Turismo
SQV	Setor de Qualidade de Vida
UCS	Universidade Cruzeiro do Sul
UDF	Centro Universitário do Distrito Federal
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNITAU	Universidade de Taubaté
Unopar	Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ----------11

CAPÍTULO 01 - MEMORIAL PESSOAL-PROFISSIONAL-ACADÊMICO-------14

CAPÍTULO 02 - METODOLOGIA----------21

2.1 Caminhos Metodológicos da Pesquisa ----------21
2.2 Pesquisa Bibliográfica----------22
2.3 Levantamento dos Dados Junto à Comunidade Surda----------30

CAPÍTULO 03 - CONCEITUANDO RAÇA E SURDEZ ----------34

3.1 Construindo Cruzamento entre Raça e Surdez ----------36
3.2 Uma Abordagem Interseccional----------42
3.3 Negritude e Surdez nas Universidades Públicas----------45

CAPÍTULO 04 - PESQUISAS EM TORNO DO ACESSO À EDUCAÇÃO DE NEGROS SURDOS: O QUE DIZEM? ----------50

4.1 Pesquisas e Debates em Torno do Direito à Educação das Pessoas Negras Surdas----------58

CAPÍTULO 05 – SINALÁRIO ÉTNICO-RACIAL----------68

5.1 Mesa-Redonda - Comunidade Negra Surda e Educação Superior: Um Diálogo sobre Acessibilidade e Relações Étnico-Raciais----------68
5.2 Vídeo em Libras: Sinalário Étnico-Racial----------71

CONSIDERAÇÕES FINAIS----------73

REFERÊNCIAS ----------75

ANEXOS ----------83

APRESENTAÇÃO

Esta é uma pesquisa do mestrado profissional realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), organizada a partir da seguinte pergunta: as pessoas negras surdas têm acessado o ensino superior público no Brasil? E, como desdobramento, somam-se as questões: há políticas públicas voltadas a este público no ensino superior? Como tem se dado a acessibilidade e inclusão nesse meio? As políticas afirmativas têm possibilitado esse acesso?

Priorizou-se o prisma analítico interseccional, que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais da vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2021). Para as autoras, ao lado de Crenshaw (2002), trata-se de ferramenta analítica que considera que as categorias de raça, classe, gênero, capacidade, etnia e faixa etária, por exemplo, são inter-relacionadas e corroboram para entender a complexidade do mundo e das pessoas. Ainda, conforme Adriana Piscitelli (2008, p. 266), a interseccionalidade é um caminho exequível para pesquisas que envolvem dois ou mais identificadores sociais, visto que, a “proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”, ou seja, priorizou-se nesta pesquisa um prisma interseccional, como ferramenta analítica, que considere os marcadores identitários e da diferença étnico-racial e a surdez, este último, a nomenclatura, bem comum na literatura e na concepção clínico-terapêutico, em investigações realizadas, mas que aqui adotamos uma perspectiva crítica.

Para tanto, a presente pesquisa visa investigar as políticas públicas de acesso desse público ao ensino superior público no Brasil. Além desse objetivo geral, busca, em específico, levantar informações sobre tais políticas públicas, por meio de estudo bibliográfico e documental, bem como intervir no âmbito da

UFSB, com a realização de debate sobre o tema (mesa-redonda), composta por convidados negros surdos, além da construção de um vídeo acessível na Língua Brasileira de Sinais (Libras) com conteúdos do *site* do PPGER e sinais étnico-raciais, este vídeo em Libras integra as políticas de Inclusão e Acessibilidade da UFSB e responde ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei n°10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n° 5.626/2005 e sobretudo pela disseminação de valores que favoreçam a empatia e o respeito pelo respectivo sinalário.

A pesquisa concentra-se no conceito político de raça e linguístico da pessoa surda. O interesse pela pesquisa relacionada a tais sujeitos, relaciona-se diretamente à minha[1] trajetória de estudo e atuação profissional, principalmente com a Libras e como docente na área de Educação Especial[2] na perspectiva da Educação Inclusiva, cujos principais aspectos serão apresentados no capítulo 01 denominado “Memorial pessoal-profissional-acadêmico” do presente texto.

Entende-se, como justificativa da pesquisa, que a inclusão propriamente dita às pessoas negras surdas no ambiente acadêmico deve ocorrer, inicial e fundamentalmente, com o fortalecimento das políticas públicas pautadas no comprometimento de governos, profissionais e instituições, pois a falta de acessibilidade e inclusão leva ao “ofuscamento” da Comunidade Surda perante estruturas planejadas, de forma capacitista, majoritariamente ouvintista, e, igualmente, a histórica falta de acesso das pessoas negras às universidades públicas perante estruturas e instituições racistas predominantemente brancas.

A pesquisa dispõe de metodologia fundada em pesquisa bibliográfica e documental, sob uma perspectiva epistemológica qualitativa e associando-se à metodologia da pesquisa exploratória, ao lado do produto final fruto de

[1] Este trecho adota a escrita em primeira pessoa do singular considerando-se sua relação com o Memorial pessoal-profissional-acadêmico.
[2] De acordo com o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Especial é a modalidade de educação voltada aos "educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

intervenção, requerido no âmbito do mestrado profissional, cuja descrição consta no capítulo 02 “Metodologia” deste texto. Em linhas gerais, visando atender a necessidade de recursos, foi realizada uma intervenção no âmbito da UFSB, com uma mesa-redonda, composta por convidados negros surdos, além da inserção de um vídeo em Libras (sinalário étnico-racial e apresentação do programa) no *site* do PPGER[3], apresentadas em sua língua materna, fazendo com que o sujeito negro surdo saia da condição de subalterno para protagonista (SPIVAK,1985). Sendo este o produto final, que visa a tradução em Libras de itens do referido *site*. É mister salientar que o aplicativo disponibilizado no *site* da UFSB no momento de realização da presente pesquisa (entre 2019 e 2021), conhecido como VLibras, promove apenas a tradução nos textos da página, sabendo que para utilização deste recurso se faz necessário baixar o aplicativo (App) correspondente. Este recurso não realiza as traduções de documentos anexados (formato PDF, por exemplo), como Editais e Resoluções, além disso, o App não substitui uma tradução feita pelo profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, pois realiza a tradução sendo o português sinalizado[4], dificultando o entendimento da pessoa surda ao que se refere o contéudo.

Desta forma, a acessibilidade linguística do indivíduo surdo não é contemplada. Por serem pessoas visuais (sua língua é visual-espacial), os sujeitos surdos, geralmente, acessam os conteúdos em formato de vídeo em Libras. A implantação de vídeo em Libras integra, portanto, as políticas de inclusão social e diversidade da UFSB como por exemplo a Resolução n° 07/2021 que estabelece a Política de Acessibilidade e Inclusão da referida instituição, em seu Parágrafo Único, pertencente ao Eixo VI - Comunicação e Mobilidade:

> Comunicação é toda forma de interação das/os cidadãs/os que abrangeas línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o braille, os sistemas de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios

[3] Endereço do portal institucional - site oficial do PPGER: < https://ufsb.edu.br/ppger/>.
[4] Quando se usa a sinalização palavra por palavra, deixando de lado as regras de sinalização da Libras.

> e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (Universidade Federal do Sul Da Bahia, pág. 07).

Desta forma responde ao reconhecimento da Libras através da Lei n° 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n° 5.626/2005. Ademais, as gravações foram realizadas com a própria interpretação em Libras do pesquisador, visto que este é um profissional habilitado no uso da referida língua no âmbito da docência e tradução interpretação (BRASIL, 2002; 2005).

Diante disso a escrita deste texto está estruturada em 05 capítulos de seções temáticas, que visam (01) Memorial Pessoal-Profissional-Acadêmico; (02) Metodologia; (03) Conceituando Raça e Surdez; (04) Pesquisas em Torno do Acesso à Educação de Negros Surdos: O Que Dizem? e o (05) Produto Final.

CAPÍTULO 01 - MEMORIAL PESSOAL-PROFISSIONAL-ACADÊMICO

Pesquisar sobre essa temática da surdez e a questão racial, uma vez sendo ouvinte e pardo, é de tamanha ousadia. Meu contato inicial com a comunidade surda se deu a partir do contexto escolar. Desta forma, os próximos parágrafos se dedicam a registrar minha memória pessoal-profissional-acadêmica para que possam entender a paixão pelo tema que está sendo pesquisado e a tecer essa dissertação.

Com base em Silva (2010), o memorial visa exercitar a (auto)compreensão crítica acerca dos movimentos de formação e de exercício profissional na constituição da identidade como pessoa e profissional. É uma tarefa desafiadora, pois evoca afetos, escolhas e percursos de uma vida, que culminam no registro de fragmentos vividos e identidades construídas - e que, nesse caso, começaram a ser escritos no Componente Curricular Metodologia da Pesquisa, no PPGER, em 2019. Assim, partilho neste momento aspectos da minha trajetória e as motivações que me possibilitaram e levaram a cursar o ensino superior até chegar na UFSB - como docente e como mestrando no PPGER.

Sou graduado nas licenciaturas em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) campus VI no município de Caetité na Bahia - BA, concluída em 2014, e em Letras Vernáculas e Letras Libras na Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI) na modalidade Educação a Distância (EaD), concluídas em 2016, cujo polo encontra-se na cidade de Brumado-BA. Também, concluí especializações, uma delas promovera-me a tão sonhada proficiência em tradução interpretação em Libras/Língua Portuguesa, bem como a habilitação em docência da referida língua, a pós-graduação em Tradução Interpretação e Docência em Libras, pela Uníntese, no ano de 2017.

Para aprofundar os meus conhecimentos acerca do ensino da Língua Portuguesa (LP) para alunos surdos realizei pelo Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), campus Montes Claros (MG), o curso de formação continuada em ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para as pessoas surdas, no ano de 2018. Na mesma instituição, e neste mesmo ano, iniciei o curso de pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo concluído em 2019.

Ainda em 2018, fui aprovado no concurso para docente do magistério superior em Libras/Educação Inclusiva da UFSB, onde atuo. Em 2019, fui aprovado no mestrado profissional em ensino e relações étnico-raciais do PPGER/UFSB, *campus* Sosígenes Costa, na cidade de Porto Seguro-BA, que inclui este memorial para que possamos entender os caminhos já trilhados, bem como os futuros passos e o porquê da temática em questão, a serem apresentados adiante.

De família pobre, morador da zona rural - Fazenda Canabrava, pertencente ao município de Rio de Contas-BA, filho caçula e o único dos 3 filhos a seguir com os estudos. Cursei o ensino médio na Escola Estadual Horácio de Matos, na cidade de Jussiape-BA, esta foi a primeira cidade que me fez sentir o ar do meio urbano e perceber através dela como tudo era organizado de forma distinta do meio rural. Para chegar a esta cidade, tinham alguns obstáculos a serem driblados e às vezes superados. Percorria um trecho

de 18 quilômetros (km) de bicicleta, para chegar até o ponto de ônibus, com vários obstáculos a enfrentar (o sol escaldante do meio-dia, estrada de chão cheias de buracos, chuva, rio, riacho, e outros que no momento não me recordo), o trajeto para a escola começava a partir das 10 horas (h) até o ponto de ônibus, este chegava em torno de 11:30h a 12:00h.

Dependia sempre da agilidade da minha mãe em concluir o almoço, às vezes nem dava tempo de almoçar... o trajeto não se concluía por aí, ainda tinha que percorrer de ônibus até a cidade, aproximadamente 70 km de estrada de chão, com o ônibus cheio de alunos, tão cheio que às vezes eu ficava em pé. O meu maior receio era o retorno, à noite, tudo escuro, tinha pavor em atravessar o rio e ainda com os meus pertences (várias vezes os perdiam na correnteza). Em casa, todos os dias a minha espera, com o semblante de preocupação, mainha... sempre chegava por volta das 21:30h e a história se repetia, ano a ano, até concluir o ensino médio e decidi conhecer outros ares.

Meus pais não tinham condições de me manter em outra cidade, foi então que tomei a iniciativa em ir ao encontro de meus padrinhos no município de Brumado-BA. Nesta cidade, tive a oportunidade de trabalhar no Banco do Brasil mediante uma seleção interna de uma empresa terceirizada e também como estagiário (com o início das aulas na universidade) e, ao mesmo tempo, prestando vestibular. Fui aprovado na faculdade particular, a Universidade Norte do Paraná (Unopar), para o curso de Licenciatura em História. Comecei a cursar e trabalhar ao mesmo tempo, até que o resultado da UNEB em Caetité-BA saiu com a minha aprovação no mesmo curso. Assim, tranquei a particular e dei início ao curso de Licenciatura em História numa universidade pública. Ressalto aqui o quão sem educação pública de qualidade seria impossível combater a pobreza, a desigualdade e as injustiças sociais. Sem esta, é impossível formar novos hábitos, valores, e estabelecer uma consciência cívica crítica.

Antes de ser convocado, no período em que estava a realizar os vestibulares, ajudava minha madrinha, professora de uma escola inclusiva,

referência na cidade (Brumado-BA), a construir os materiais adaptados (jogos didáticos acessíveis); esses, em sua grande maioria, eram oriundos de lixeiras e transformados em lindos jogos didáticos adaptados para os alunos com deficiência. Em seguida, ajudava a levar algumas vezes os jogos para a escola e, lá, conheci e tive o primeiro contato com uma criança surda e com a Libras - foi uma paixão à primeira vista. A partir daí, realizei cursos básicos e intermediários diversas vezes, com instrutores surdos e ouvintes.

Foi na Licenciatura em História que conheci uma Tradutora Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, Testemunha de Jeová, que por diversas vezes durante o curso, deixava-me fascinado, cada vez mais com a Libras. E, através dela, iniciei os meus primeiros trabalhos como Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa.

Acredito que em 2010 tive a minha primeira experiência em sala de aula como Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa no regime de Prestação de Serviços Temporários (PST) no Colégio Estadual de Brumado (CEB), deixando de lado os trabalhos de bancário. Saí da teoria e finalmente coloquei em prática e percebi o quão é diferente a teoria da prática. A partir daí, meu interesse pela Libras só aumentou e as oportunidades sempre estavam batendo em minha porta, pois é uma área com escassez de profissionais habilitados.

Me filiei à Associação das Pessoas com Deficiência do Município de Brumado e Região (Apdemb). Nesta, tinha uma sala específica onde ocorriam as reuniões mensais dos surdos com os familiares, associados e visitantes. Quando possível, participava das reuniões e eventos promovidos por esta associação. A maioria das vezes, prestava serviços voluntários, como por exemplo: acompanhar o surdo ao médico, dentista, fórum, prefeitura, bancos e outros, conforme disponibilidade para executá-los.

No ano de 2014, já formado, decidi fazer a segunda graduação (R2) em Letras Vernáculas na FAERPI, polo na cidade de Brumado-BA. A referida faculdade passou a ofertar graduação R2 em Letras Libras, me matriculei, foi realizada em concomitância a outra citada acima, ambas, eram licenciaturas de

curta duração, na modalidade EaD semipresencial e foram concluídas no ano de 2016.

Também em 2014 fui convocado pelo processo seletivo de contratação temporária de Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Instituto Federal da Bahia (IFBA), *campus* Brumado, com duração de dois anos. Nesta instituição, interpretava nos cursos Técnicos de Edificações e Mineração, participava em projetos de extensão e ensino. Além de atuar como Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, lecionava na Faculdade Einstein (FACEI) e no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) - UNEB com os respectivos componentes curriculares Libras e Educação Especial.

Ainda com sede de querer saber, com a conclusão da graduação em Letras e Letras Libras, fiz minha matrícula na pós-graduação em Tradução Interpretação e Docência em Libras, no ano de 2016, na Uníntese, polo em Vitória da Conquista - BA, sendo concluída em 2017, com a realização das bancas de proficiência para docência e tradução interpretação em Libras/Língua Portuguesa, tendo aprovação na primeira fase de ambas as bancas.

No decorrer das aulas proporcionadas pela Uníntese, venho destacar duas professoras, Priscila Leonnor Ferreira, mulher negra surda ativista do Movimento Negro Surdo no Brasil, e a professora Shirley Vilhalva, mulher Indígena surda oralizada[5]. Esta última apresentou o sinalário das línguas (subalternas) indígenas orais e sinalizadas - tema que, a princípio, pensei em realizar meu projeto de mestrado voltado ao uso das línguas de sinais indígenas no Extremo Sul da Bahia. A questão da cultura da pessoa negra surda foi apresentada pela professora Priscila Leonnor Ferreira, além das suas dificuldades enquanto mulher negra surda e os seus enfrentamentos perante uma sociedade racista, capacitista e preconceituosa - foi esta que me cativara

[5] Palavra usada para os surdos(as) que falam o português (modalidade oral) e muitas das vezes o entende através da leitura labial.

a realizar a pesquisa aqui apresentada a partir da construção do projeto submetido na seleção do PPGER em 2019.

Findando o contrato com o IFBA, passei a atuar como servidor municipal de Lagoa Real - BA, próximo à cidade de Brumado - BA, onde trabalhava no Atendimento Educacional Especializado (AEE) exercendo a função de professor de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e Libras, promovendo cursos básicos e intermediários para ouvintes e surdos no município em questão, entre outras atividades.

O ano 2018 estava reservado para a realização de um sonho, que a grande maioria das pessoas desejam - a tão sonhada estabilidade enquanto profissional concursado - tornei-me servidor efetivo no quadro de docentes da UFSB, que, por sua vez, abriu leques de possibilidades de crescimento enquanto profissional da inclusão. Nesta instituição, conheci o PPGER, interessei-me de imediato em elaborar/submeter um projeto com base nas sinalizações[6] da professora Priscila Leonnor Ferreira – mulher negra surda, subalterna, sem voz no espaço universitário e a falta de políticas públicas que abarquem a sua condição, não como PcD ou negra, e muito menos por ser usuária de uma língua desconhecida pela grande maioria dos ouvintes, e sim pela sua identidade enquanto negra surda.

No tocante ao PPGER, como discente, findei componentes curriculares (CCs) obrigatórios: Fundamentos os Processos de Ensino-Aprendizagem Nas Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas e Relações Raciais e os optativos, ambos favoreceram no aprimoramento da pesquisa e da escrita: o CC Metodologia da Pesquisa, com a lógica e linguagem científicas, ao lado de subsídios teóricos e práticos para a (re)escrita do projeto de mestrado, planejamento do percurso da pesquisa, contribuição metodológica para o desenvolvimento do projeto-intervenção; o CC Gênero, Sexualidades, Negritudes e Pobreza: um debate interseccional, abordando a descolonização do gênero como perspectiva política na/para a América Latina, os debates do

[6] Conversação em língua e sinais.

feminismo negro e seus desdobramentos, o espaço de produção artística e a ocupação discursiva da mídia e dos espaços acadêmicos pelos ativismos. Através dos conteúdos abordados acima, em ambos os CCs, fui influenciado de forma direta e indireta em minhas análises, leituras, escritas e participação em eventos acadêmicos, pois a temática pesquisada perpassa a negritude, a surdez, as relações raciais e as políticas afirmativas. Paralelamente, tenho procurado acompanhar os debates e as ações do movimento social de pessoas negras surdas no país e de como a diversidade dessas identidades precisam ser compreendidas em suas especificidades.

Na UFSB, como docente, venho integrando o quadro de professores que viabilizam a acessibilidade e inclusão por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Leciono CCs para as licenciaturas e bacharelados, como: Acessibilidade, Inclusão e Saúde; Educação Inclusiva; Libras; Oficina da Matemática e Computação a favor da Inclusão; Estágios Supervisionados (com ênfase nos processos de acessibilidade e inclusão da PcD) e Educação, Gênero e Diversidade Sexual. Estes CCs são ministrados em quadrimestres aleatórios, com exceção dos CCs de Estágios Supervisionados, pois são ofertados em todos os quadrimestres. Além disso, faço e fiz parte de grupos de trabalho (GTs) sobre o tema para a construção da Resolução da Política de Acessibilidade e Inclusão, Comissões de acessibilidade, Comitê de Política Linguística (CPL) da UFSB, Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas (GEPIMA) e Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas e Recursos Midiáticos (GEPIMARM), que confluem para processos coletivos de construção de possibilidades acessíveis e inclusivas no ensino superior público.

Enquanto mestre, penso que poderia colaborar com a construção do conhecimento não elaborado para o conhecimento elaborado em especial às políticas públicas de acessibilidade das pessoas negras surdas no nível superior.

CAPÍTULO 02 – METODOLOGIA

2.1 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O foco central desta pesquisa é pautado pelo intercruzamento entre raça e surdez mediante as características políticas e linguísticas, passando a entender o processo que permeia a ausência e o apagamento da pessoa negra surda no ensino superior público. Pois, a carência de políticas públicas específicas para a pessoa negra surda nas universidades públicas configura-se em demonstrar as especificidades de sobreposição de vulnerabilidades a que estão sujeitas, bem como da subordinação e invisibilidade destas nos movimentos, nas políticas e nas comunidades.

Os caminhos metodológicos trilhados na presente investigação foram delineados sob uma perspectiva epistemológica qualitativa e associando-se à metodologia da pesquisa exploratória, que pode ser compreendido de acordo com Selltiz et al. (1965), pertence à categoria pesquisa exploratória todos aqueles que procuram descobrir intuições e ideias, tornando-se mais familiarizado com o fenômeno da pesquisa participante.

A pesquisa-participante buscou envolvimento direto com a comunidade surda que se autodeclara negra. Segundo Grossi (1981), “Pesquisa participante é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos.” Indubitavelmente que é por meio desta pesquisa o real problema da comunidade.

Em consequência da Covid-19 aplicamos questionários pelo *Google Forms* direcionados aos sujeitos negros surdos que apontaram as dificuldades em acessarem as universidades públicas e, estando nelas, apontaram os desafios para a acessibilidade e inclusão. Além disso, a confecção do Sinalário Étnico-Racial e a mesa-debate com a temática pesquisada, visando a construção de um diagnóstico qualitativo a partir da interação com a

Comunidade Negra Surda em execução de atividades. Essa etapa foi idealizada com a realização de levantamento de dados que possibilitou interagir com tal Comunidade sobre o acesso ao ensino superior público e obtenção de informações que subsidiáram a compreensão em torno do tema desta pesquisa.

Além disso, a pesquisa também se caracteriza como uma pesquisa-intervenção em seus procedimentos metodológicos, pois, realizamos no âmbito da UFSB, um debate sobre a temática pesquisada, configurada em uma mesa-redonda, composta por convidados negros surdos e representação dos setores de acessibilidade e inclusão da referida instituição, além da construção de um vídeo acessível na Língua Brasileira de Sinais (Libras) com conteúdos do *site* do PPGER e sinais étnico-raciais, este último é consequência da intervenção e perante levantamento realizado com pessoas negras surdas. Destarte a pesquisa-intervenção tonifica “a construção de espaços de problematização coletiva junto às práticas de formação e potencializa a produção de um novo pensar / fazer educação” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 64).

Em vista disto, destacamos a articulação entre os sujeitos participantes da pesquisa, como aqueles a serem entrevistados, o pesquisador e o profissional Tradutor Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa, no contexto relacionado à acessibilidade e inclusão deste nos espaços universitários e sociocultural, especificamente na UFSB.

Para a realização da análise do *corpus* da pesquisa se faz necessário fazer esta abordagem alinhada aos objetivos geral e específicos precedidos da investigação, aliando metodologias de pesquisa bibliográfica e intervenção. Neste caso, o planejamento se inicia com a opção pela abordagem teórico-metodológica do estudo, que se pauta pelo enfoque qualitativo, uma vez que o objeto e o contexto do estudo demandam do pesquisador uma posição pautada na postura descritiva, analítica e heurística (CARDOSO, 2016), pois trataremos

com fenômenos humanos, a pessoa negra surda e a acessibilidade desta nos espaços universitários.

2.2 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Realizamos um levantamento bibliográfico inicial com recorte temporal de 2012 a 2019. Esse critério foi escolhido devido a publicação da Lei de Cotas em 2012 e sua alteração em 2016 e considerando também a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, com conclusão do levantamento embasado ao ano de início da pesquisa no mestrado, com o objetivo de investigar as políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil. Mediante o exposto, passamos a buscar conhecimentos relacionados a uma série de debates em torno das políticas públicas existentes, atualmente, no ensino superior público, que possam abarcar a interseccionalidade presente na pessoa negra surda. No entanto, por se tratar de uma temática pouco pesquisada, nos esbarramos na falta de publicações com a referida temática (BRASIL, 2012 e 2015).

Diante das informações preliminares, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1994, p. 71). Há, como indicador, uma carência de estudos que abordem, sob ótica interseccional, a pessoa negra surda e a necessidade de aprimorar as políticas públicas de acessibilidade e inclusão nas universidades públicas. Por outro lado, destacamos aqui as dificuldades aparentes (carências de recursos, de materiais para acesso a informações, políticas públicas inexistentes e acessibilidade no ensino superior público).

2.3 – LEVANTAMENTO DOS DADOS JUNTO À COMUNIDADE SURDA

Como sequência metodológica, de cunho empírico, foi utilizado questionário virtual semiestruturado pelo *Google Forms* (Anexo 06), considerando-se a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 e a

imposição do distanciamento social, direcionadas a grupos virtuais compostos por pessoas negras surdas, apontando as dificuldades de acessarem as universidades públicas e, estando nelas, os desafios para a acessibilidade e inclusão. Além disso, foi construído, como produto final, um vídeo em Libras com sinais étnico-raciais com referências a conteúdos da página oficial do PPGER, precedido de uma mesa-redonda com convidados negros surdos, intervindo no espaço de atuação profissional de maneira propositiva e articulada.

A fim de constituir um diagnóstico qualitativo de partida buscou-se a interação com grupos ligados à Comunidade Negra Surda em execução de atividades, bem como a realização de coleta de dados que possibilitaram dialogar com a temática e obter informações e análises prévias em pesquisas já realizadas, e a execução da próxima etapa, a partir da aproximação das vivências desta comunidade. Como dito anteriormente, em função da pandemia de *Covid*-19, esta etapa foi realizada por meio da coleta de dados iniciais em forma de questionários *on-line (Google Forms)* direcionados a um grupo virtual composto por pessoas negras surdas do Brasil, sendo cada pergunta traduzida em Libras através de vídeos gravados pelo pesquisador e anexados no formulário para a garantia da acessibilidade digital, que foi enviado para os integrantes do grupo do *WhatsApp* denominado Núcleo Ubuntu Libras, composto por pessoas negras surdas e profissionais da Libras de todo Brasil que agregam cerca de 50 integrantes. O grupo foi criado por Diléia Aparecida Martins com o objetivo inicial de criar e compartilhar sinais étnico-raciais em Libras através dos contos africanos traduzidos pela referida língua. O Núcleo Ubuntu Libras, um projeto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cuja foco está na produção de materiais bilíngues, tradução de contos, histórias e narrativas que revelam a filosofia africana pelo cultivo da natureza, da vida e sobretudo pela disseminação de valores que favoreçam a empatia e respeito no âmbito das relações étnico-raciais.

Sendo a coleta de dados um dos passos mais importantes da realização desta pesquisa, pois, foi durante esta fase que obtivemos informações precisas e necessárias para desenvolver o nosso estudo.

A plataforma *Google Forms* é uma alternativa disponível para criação de formulários eletrônicos *online*, além disso, oferece enquanto ferramenta de suporte, criação de formulários simples e personalizados (*GOOGLE*, 2020). Uma vez que o *Forms*, também é uma ferramenta que disponibiliza a apresentação de dados em gráficos, bem como em tabelas. A exibição de informações selecionadas na página de resultados foram conforme as perguntas inseridas no formulário (Anexo 06):

- Número total de participantes;
- Número de localidades distintas de proveniência dos participantes;
- Média de idade dos participantes;
- Porcentagem de participação por sexo;
- Porcentagem de participantes por faixa etária;
- Escolarização do participante;
- Lista das cidades de procedência dispostas em um mapa;
- Porcentagem de como se encontra caracterizada a situação social dos negros surdos no Brasil e como eles e seus pares percebem tal situação;
- Porcentagem de alunos negros surdos selecionados em universidade pública;
- Porcentagem de entrevistados divididos com base na maneira como viviam antes de ingressar na universidade e atualmente;
- Porcentagem de entrevistados que ingressaram na universidade por meio de cotas;
- Porcentagem de entrevistados autodeclarados negros surdos.

Para a criação e organização dos formulários do *Google*, ao usuário é permitido que “recolha e organize gratuitamente informações grandes e pequenas” (*GOOGLE*, 2020). Há distintos modelos/formatos para realização de perguntas e entrada das respostas, sem esquecer das quebras de seções, que possibilitará enviar arquivos anexados além da exibição de vídeos (*GOOGLE*, 2020). Heidemann et al. afirma que:

> Levantamentos de opiniões podem ser facilmente implementados no *Google Forms*. Recentemente foi disponibilizado o modelo de pergunta baseada na resposta, em que o usuário é destinado a uma próxima questão do formulário conforme a resposta dada à última pergunta. (HEIDEMANN ET AL. 2010, p. 32)

Os questionários, cuja elaboração foi finalizada e aplicada nos meses de março a maio de 2021, contendo uma parte com informações gerais e a outra com perguntas específicas sobre a pesquisa, sendo garantido o recebimento de respostas anônimas e seguindo as recomendações gerais para as pesquisas em ciências humanas e sociais oriundas do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFSB.[7]

Concretizada a etapa anterior, esta teve um efetivo estudo relacionado à pessoa surda como sujeito protagonista, reconhecedor de suas identidades e, para isso, a coleta de dados realizadas com pessoas negras surdas, através do formulário eletrônico na plataforma *Google Forms*, com perguntas realizadas na Língua Portuguesa em sua modalidade escrita e vídeos gravados em Libras, que foram alocados na referida plataforma, grafados pelo pesquisador.

Após entrevistas realizadas, organizamos as informações em duas categorias: dados gerais e tema da pesquisa.

No que tange aos dados gerais desta entrevista, esta foi realizada *online* com a comunidade negra surda, tendo participado desta, 07 pessoas negras surdas, das quais, 04 são mulheres negras surdas e 03 homens negros surdos, com idade entre 29 e 44 anos, portadores de diplomas de graduação, especialização e mestrado.

Tivemos a participação de pessoas negras surdas que residem nas cidades de Barra do Choça - BA, Teixeira de Freitas – BA, Itapecerica – MG, Sete Lagoas – MG, Brasília - DF e Novo Gama – GO. Com participantes

[7] Nesse sentido, as informações e normativas disponibilizadas no portal: <https://www.ufsb.edu.br/cep/>.

desempregados e empregados nas diversas profissões, estudante, professor e auxiliar de farmácia.

No aspecto temático desta pesquisa, foi realizado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (Anexo 06), esta primeira, sabendo que a comunidade surda, em sua grande totalidade não domina a Língua Portuguesa na modalidade escrita, os resultados não foram satisfatórios, pois grande parte do que foi escrito pelos entrevistados não correspondem ao que foi perguntado ou não desenvolveu seu raciocínio. Isso demonstra o quanto as ferramentas tecnológicas, por mais acessíveis que sejam, não há uma verdadeira inclusão. As pessoas suas tem uma enorme dificuldade em se expressar na modalidade escrita da sua segunda língua (L2), de acordo com Silva (2008. P. 37 - 38):

> [...] se por uma via, a questão do aprendizado da Língua Portuguesa é um dos temos mais discutidos no contexto da educação de Surdos, quando os ouvintes falam sobre as dificuldades dos Surdos em relação à leitura e à escrita em Português. Por outra, cada vez mais a língua de sinais vem se destacando como a língua mediadora de acesso ao conhecimento e, inclusive, como língua base no aprendizado da língua.

O formulário não teve e nem tem a opção para que os participantes respondessem as perguntas pela sua língua materna, com a gravação de vídeos e alocação no próprio questionário corresponde a cada pergunta, por lado, tiveram que responder/escrever na Língua Portuguesa. Fato este que deve ter influenciado também na adesão de participantes neste levantamento.

Em seguida, iremos apresentar, o levantamento na íntegra, caracterizado em perguntas e respostas correspondentes a seção temática da pesquisa, sendo identificada as respostas dos entrevistados por letras do alfabeto de A a G relacionada ao quantitativo de respostas que obtivemos.

Com o fim de entendermos melhor a situação social da pessoa negra surda e como ela está organizada, inquirimos: Na sua opinião, como se encontra caracterizada a situação social das pessoas negras surdas no Brasil e como você percebe tal situação?

A- “Sim, percebi que precisa pessoas negras surdas porque direito para negras surdas na Brasil.”

B- “Cultura de surdo nerga igual Normal”

C- “Percebi maioria pessoas negras participar a slam e poesia . . . Não visto ensino superior pouco”

D- “Não percebeu”

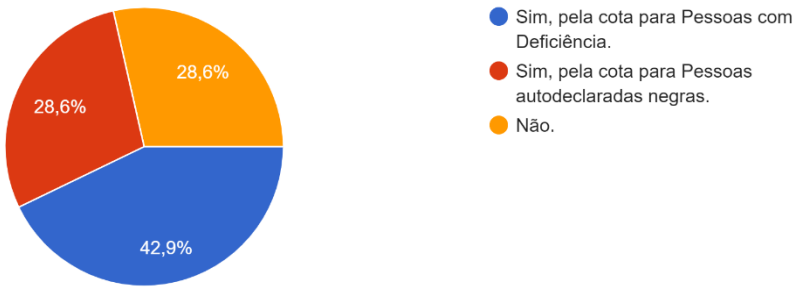
E- “Sou negra surda, vida parece quase difícil”

F- “A comunidade pela situação social pelas pessoas surdas negras encontra-se marcada por vulnerabilidades específicas e pela discriminação interseccional, experimentadas tanto na escola quanto no contexto social em geral.”

G- “Minha opinião respeita pessoas negras surdas, é igualdade todos”.

É perceptível, a partir das respostas recebidas, que esta comunidade percebe o descaso que vem sendo tratado/abordado em sua cultura, sua especificidade, seu modo de viver social enquanto pessoa negra surda em uma sociedade racista, machista e capacitista.

Daí a importância das políticas públicas eficientes, trabalhar em conformidade com os interesses sociais. Neste caso especificamente, voltadas às pessoas negras surdas como por exemplo quebrando as barreiras que as impedem de acessar o ensino superior público. O gráfico abaixo apresenta as respostas correspondentes (anexo 07) ao acesso dos entrevistados no ensino superior público se deu por cotas/ações afirmativas:



Fonte: elaborado pelo *Google Forms* (anexo 07).

Os dados apresentam que a maioria dos entrevistados ingressaram no ensino superior por meio de cotas, e o que é mais interessante, que além das cotas para PcDs, as pessoas negras surdas optaram por cotas de pessoas negras declaradas, ou seja, concorrer às vagas de pessoas negras ouvintes, acarretando na desvantagem linguística a depender de como o processo seletivo tenha sido realizado, pois, a maioria dos processos seletivos não são acessíveis para candidatos pessoas surdas, mesmo com o apoio do profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, há alguns vestibulares que realizam questões com respostas dissertativas ou uma redação, exigindo da pessoa surda um esforço maior na execução da escrita em Língua Portuguesa, diferente para os falantes da Língua Portuguesa. Por isso, a importância de cotas especificas direcionadas às pessoas negras surdas, onde há concorrência que mantem o equilíbrio legal e social.

Desta forma perguntamos: Você acredita na contribuição das políticas públicas (Lei n° 13.146/2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei n° 12.711/2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências) de acesso ao nível de superior público às pessoas negras surdas?

A- “Não sei responder.”

B- “Sim, falto cria Que colocar de pessoas negras surdas para leis todos que sociadade para deficiência.”

C- “Sim lei igual nerga informações importante foco união”

D- “Não ”

E- “Não conheço muito bem a Lei”

F- “Acho, não tem lei inclusão, só tem deficiências.”

G- “Não”.

Apesar de entenderem a tamanha importância da existência das referidas leis, nota-se que as pessoas negras surdas sentem a necessidade da criação de uma cota específica para atendê-las nestes espaços, visto que culturalmente dizendo, as pessoas surdas não se consideram PcDs, daí o anseio por políticas púbicas que atendam suas especificidades.

As pessoas negras surdas possuem uma situação vivenciada no meio social caracterizada por vulnerabilidades específicas e discriminação interseccional, com vivências tanto na escola quanto na sociedade em geral.

> Humphries (1993) descreve a dificuldade de discutir a raça, etnia e outras dimensões da diferença da comunidade dos surdos. Essa ainda está lutando para ser reconhecida como uma comunidade bilíngüe e bicultural (...). Portanto, não é de se surpreender que os surdos multiculturais, aqueles que são negros, latinos gays, etc, são muitas vezes ignorados. (GARCIA, 1999, p.153).

Em suma, na comunidade surda encontra-se nela, outros grupos que além de serem alvo de discriminações e preconceitos semelhantes às demais pessoas surdas, como exemplo a acessibilidade comunicacional e a falta da mesma, imposta pela comunidade majoritariamente falante, porém, esbarram-se com caso de preconceito e discriminação por serem pessoas negras surdas, possuidoras de uma cor de pele diferente dos demais da mesma comunidade. “O isolamento e a falta de solidariedade dentro da comunidade dos surdos criam mais dificuldades para os surdos de cor que vivem em mundos múltiplos.” (GARCIA, 1999, p.153).

A partir desta observação, foi questionado: Em sua visão, a divulgação das políticas públicas realizadas pelas instituições de ensino superior públicas, voltadas para pessoas negras e/ou surdas, são realizadas de forma ampla e acessível?

A- “Todos que interesse negras surdas porque não quero sofrendo se futuro para superior pública então que visão para informação que foco para pessoas negras surdas.”

B- “Preconceito não nunca amo negre”

C- “SIM! é muito importante e accessível para a negra”

D- “Não sei responder”

E- “Sim tem acessível pra surda, mas não tem negros surdos”

F- “Ser a pessoa negra, não só no ambiente de trabalho, mas em diversos outros, tais como os de estudo, aperfeiçoamento e vivência, te torna alguém que sabe da necessidade de ter uma postura séria.”

G- “Importante tem acessibilidade”.

As respostas obtidas, apesar de apontarem a relevância da acessibilidade e esta sendo específica para o público desta pesquisa, não correspondem a pergunta realizada sobre a divulgação das políticas públicas impostas pelas instituições de ensino superior públicas, voltadas para pessoas negras e/ou surdas de forma acessível.

A discussão seria azeitada perante informações trazidas pelos voluntários que participaram do questionário, identificando se as instituições estão cumprindo o princípio da acessibilidade comunicacional e digital e como esta está chegando às pessoas surdas, já que as universidades, por serem um espaço plural, é necessária ficar atenta às necessidades e especificidades de todos.

A fim de entender as mudanças ocorridas pelo acesso ao ensino superior ou o impedimento de acesso ao mesmo, indagamos: Caso esteja cursando o ensino superior, por favor cite mudanças ocorridas em sua trajetória pessoal, educacional e profissional a partir de então. Se não teve acesso ao ensino superior, cite as mudanças que acredita que ocorreriam.

A- “Dúvido se curso mudar tem mas pensar como ?”

B- Premeira aprender importante língua brasileira de sinais libras negre”

C- “não sei responda ...foi relfetir a boa perguntar”

D- “Não sei responder”

E- “Sim acredito pode ser mudança.”

F- “Movimento estudantil criticava o funcionamento do ensino superior, destacadamente a ausência da realização de pesquisa no interior das universidades. Foi neste contexto que os governos militares introduziram reformas educacionais no ensino superior, com o objetivo de ajustá-lo às necessidades do desenvolvimentismo brasileiro.”

G – “Precisa ter acesso.”

Entende-se pela resposta do entrevistado B, que uma das principais mudanças a serem ocorridas seria a aquisição da língua de sinais no meio acadêmico e principalmente o conhecimento e reconhecimento de sinais da comunidade negra surda. Favorecendo com acessibilidade a comunicacional, o modo de viver na academia de uma pessoa surda.

Ainda existe os olhares minuciosos medicalizantes sobre as pessoas surdas e seus corpos, infelizmente perdura até hoje, impossibilitando que na infância as pessoas surdas adquiram a aquisição da linguagem, causando percas na construção da subjetividade. Por outro lado, temos as pessoas surdas negras, para além do encadeamento linguístico causando percas na formação da subjetividade, por conseguinte acarreta no reconhecimento de pertencimento étnico e racial, ocorrendo de forma tardiamente.

Como proposito de discutir a sua permanência nas instituições, perguntamos: Caso esteja cursando o ensino superior, como você avalia as políticas de permanência da Instituição voltadas às pessoas negras surdas?

A- “Verdade, e curso de faculdade e mais difícil que pessoa negra surda precisa acadêmia de instituição.”

B- “Surdo Negro obecede respeito não quero polícia”

C- “cursando ensino superior estão poucos . Falta de divulgar as informação sobre assunto”

D- “Não sei responder”

E- “Sim precisa Instituto colocaram pessoa negras surdos, porque cota e mais deficiência”

F- “O aumento do número de pessoas negras nas universidades ‘é importante em todas as dimensões da vida social’.”

G – “Sim.”

Em relação as respostas dadas quanto as políticas de permanência das instituições, e em destaque as respostas dos entrevistados A e C, ambas as respostas nos fazem refletir da dificuldade enquanto discente negro surdo, que necessita de informações relacionadas a seu direito de acesso e permanência ao ensino superior público e tal comunicação deve ser prioritariamente transmitida pela sua língua materna. Cabe ainda destacar, o quão é importante e necessária a presença dos profissionais Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa qualificados para atendê-los.

As políticas públicas atualmente pregam que a educação das pessoas surdas seja realizada pelo seguimento das escolas comuns, tanto no Superior. Conforme Borges e Campos (2018), é notória os avanços da educação inclusiva e a crescente entrada de alunos com deficiência, porém, a permanência deste público da educação especial ainda é um grande desafio.

Este levantamento executado pelo *Google Forms,* mesmo contendo toda acessibilidade linguística, percebemos que a ferramenta virtual mediada por tecnologias não alcançou a comunidade que se pretendia, os sujeitos participantes desta pesquisa, pois, o formulário não teve e nem tem a opção para que os participantes respondessem as perguntas pela sua língua

materna (Libras). Algumas respostas não foram fundamentadas e outras, nem chegaram a ser respondidas. O número pequeno de voluntários entrevistados, mostra a dificuldade destes em acessar a ferramenta ou de dispor de seu tempo a respondê-la ou ainda pelo fato de não poderem interagir com vídeos respostas em Libras deve ter influenciado também na adesão de participantes neste levantamento.

Contudo podemos concluir através deste levantamento que as pessoas negras surdas urgem por políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior público, voltadas as suas especificidades interseccionais e que as atendam prioritariamente reconhecendo a sua cultura, língua e raça, tornando-as visíveis para toda comunidade e com isso possam se desenvolver profissionalmente em sua área desejada minimizando a presença de barreiras e preconceito, racismo e o capacitismo.

CAPÍTULO 03 – CONCEITUANDO RAÇA E SURDEZ

As pessoas negras surdas tornam-se foco desta pesquisa pela sua interseccionalidade: de um lado, público da Educação Especial e, do outro, das ações afirmativas também pela sua cor da pele (marcador principal desta pesquisa), neste caso, a negritude, ambas marginalizadas na sociedade, conforme adotado por Skliar (1997), os negros e os surdos não pertencem ao que é estabelecido pela sociedade capacitista e racista.

As políticas específicas de combate ao preconceito e à discriminação racial, nos últimos anos o Brasil tem se mobilizado positivamente, por meio de ações afirmativas. As políticas públicas conhecidas como ações afirmativas são específicas para um conjunto social que sofrem discriminação religiosa, de gênero, racial e étnica. “As ações afirmativas visam a promover a maior diversidade social de grupos sub-representações em certos espaços sociais” (JACCOUD, 2008, p.13).

A comunidade surda tem se fortalecido e legitimado culturalmente, as línguas de sinais reconhecidas mundialmente e com *status* de língua desde a

década de 60, comprovada pelo linguista William Stokoe (1960). A população negra e surda, por sua vez, vem lutando historicamente para vivenciar uma cidadania plena, sendo negada a estas pelo racismo institucional e estrutural enraizado na sociedade e capacitista. Ambos, hodiernamente, vem buscando seus espaços, dentre esses, especialmente nos ambientes universitários (PERLIN; QUADROS, 2007; MALACHIAS, 2017; ALMEIDA, 2018 e VENDRAMIN, 2019).

Conforme Vendramin, o “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes” (VENDRAMIN, 2019, p.17). A raça tal como a deficiência é um marcador social, facilitando a nossa compreensão de como são constituídas as relações sociais, como são estruturadas as sociedades, a disputas que são forjadas do poder-saber sem esquecer como são constituídas as formas de governo e a gestão da vida.

> [...] o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes. Ademais, as capacidades normativas que sustentam o capacitismo são compulsoriamente produzidas com base nos discursos biomédicos que, sustentados pelo binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”, visando se afastar do que é considerado abjeção (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 18).

Vale ressaltar que neste sentido os marcadores sociais não estão operando isoladamente, pois é substancial uma análise sensível no que tange as intersecções causadas pelo seu efeito (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020). Assim, a deficiência não é unicamente a existência de uma alteração genética, uma doença ou lesão e sim a consequência das circunstâncias individuais de interação com as barreiras impostas e construídas na e pela sociedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[8], nos anos de 2000 e 2010 respectivamente, a população brasileira passou de 169.799,170 milhões de habitantes para 195,7 milhões, dentre estes, evidenciamos as diferenças no quantitativo de pessoas negras e surdas no Brasil, levando em consideração os anos das pesquisas apresentadas respectivamente, sendo 6,2 % de pessoas pretas declaradas para 7,6% e 0,68% de pessoas surdas[9] declaradas para 5%. Em conformidade aos dados apresentados, feita a comparação das bases do Censo de 2000 e 2010, fica evidente o crescimento da população brasileira negra e surda no pais. Embora, tenhamos percebido o aumento das populações pretas e surdas, e estas, por sua vez, estão conquistando seus espaços através das políticas públicas de acesso, por exemplo, ao ensino superior público brasileiro, no entanto, ainda são minorias em cargos de liderança relacionado ao mercado de trabalho e representações políticas no Legislativo.

As universidades públicas brasileiras são instituições que podem corroborar para a desconstrução de estigmas e para romper processos de exclusão. Na Lei n° 9.394 (BRASIL, 1996) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em especial o Art. 43 que versa sobre as finalidades específicas do ensino superior no Brasil. Há uma disparidade na execução e interpretação da lei, pelo fato de ser um pais de grandes proporções continentais, com múltiplas situações na realidade educacional, nem sempre estão em sintonia com a educação superior no que vem sendo apontado pelo artigo 43, nos seus oito incisos. Ranieri (2000, pág.169) diz que é ampla a finalidade da educação superior, tendo “o ensino, a pesquisa, a criação artística e a extensão; o processo de desenvolvimento da pessoa humana, enfim, em seus mais elevados níveis”.

3.1- CONSTRUINDO CRUZAMENTO ENTRE RAÇA E SURDEZ

[8] https://www.ibge.gov.br/
[9] Na época (2000), o IBGE classificava como pessoa que não ouvia nada.

As pessoas negras surdas, cuja trajetórias vêm sendo marcadas por episódios fortemente sinalizados em sua história: eram consideradas pessoas inválidas em tempo de guerra, causando o assassinato em massa destas por ordens de Hitler em 1940; jogadas em um penhasco como forma de castigo para aquelas que, na Grécia Antiga, nasciam com deficiência ou, até mesmo, consideradas pecadoras por não poderem ler e entender as palavras sagradas na Antiguidade; além da proibição do uso da Língua de Sinais (LS) no mundo no ano 1980 pelo Congresso de Milão (STROBEL, 2008).

Por isso, hoje, é preciso saborear cada conquista ocorrida pós acontecimentos citados acima, como a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais em âmbito nacional como meio de comunicação entre surdos e ouvintes e vice-versa, não substituindo a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita[10], além de promover acessibilidade linguística envolvendo o profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, cuja profissão foi reconhecida pela Lei n° 12.319 em 2012; o Decreto n° 5.626 em dezembro de 2005, que dispõe sobre a formação dos profissionais da Libras e, no que tange ao ensino superior, não posso deixar de citar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n° 13.146, de julho de 2015, que reforça a acessibilidade e a inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) em espaços públicos e privados e a Lei nº 13.409 de 2016 que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2002; 2005; 2012; 2012; 2015 e 2016). Tais conquistas refletem no cenário democrático, de ampliação de direitos fundamentais como de ir e vir sem impedimentos, além dos impactos favoráveis diretamente nas universidades públicas com a implementação das políticas afirmativas e de acessibilidade e inclusão.

Vale ressaltar que o movimento negro está incluso nesse processo. Faz-se necessário lembrar que, antes de ser uma pessoa com deficiência, o sujeito

[10] Saliento que a Libras não é ágrafa, é possuidora de escritas como o Sistema de Escrita da Libras - SEL e *Sign Writing*, utilizadas por pesquisadores da língua.

negro surdo é fenotipicamente identificado como uma pessoa negra e, para isso, é necessário evidenciar a luta da comunidade e do movimento negro pelo seu espaço na sociedade brasileira, historicamente marcada pela exclusão e racismo, e que estas discussões vêm sendo pautadas nos seios universitários, tanto no âmbito do ensino e da pesquisa, quanto das ações afirmativas, corroborando pela visibilidade da referida comunidade (FERREIRA, 2018).

Oracy Nogueira (1988), diz que o preconceito é de marca no Brasil, ou seja, as características fenotípicas são primeiro observadas no processo de geração de práticas preconceituosas e atitudes.

> [O negro] é sempre visto como bandido, sujo, incapaz, e, por mais esforços pessoais que tenha feito para conquistar um lugar social melhor, será um indivíduo marcado por essa cor que não o separa desses implacáveis sentidos de que o configuram o racismo e a discriminação.” (NOGUEIRA, 1998, p. 15)

Não sendo o suficiente, o sujeito “Surdo”, enquanto “Negro”, com o seu fenótipo e pelo fato de ser uma pessoa com deficiência auditiva (deficiência em foco neste estudo), leva a vivenciar a intersecção em ser negro e surdo, ou melhor, a pessoa negra surda em seu dia a dia, sendo alvo de preconceito, discriminações racistas, linguísticas e capacitistas, ou seja, ataques duplos.

> Nesse sentido é muito significativo o questionamento proposto por Stuart (1992) acerca da necessidade de se constatar se os negros com algum tipo de deficiência sofrem uma dupla opressão ou se, na verdade, vivem uma experiência singular e simultânea de opressão. A estatística realizada por Mindel e Vernon (1972) oferece uma resposta direta a essas questões. Ao investigar a situação de trabalho dos surdos nos Estados Unidos, seus estudos revelaram o fato de que as mulheres surdas e negras representam sempre o percentual mais baixo na escala de ocupação, enquanto os homens surdos e brancos sempre se situam no quadro superior. (SKLIAR, 1998, p.22)

Desejamos que esta pesquisa de mestrado se repercute para a compreensão do desenvolvimento singular e social da comunidade surda a partir do marcador raça, tornando assim uma temática visível e que a ausência de políticas públicas relacionadas a estas especialidades sejam implementadas.

A temática da inclusão das pessoas surdas na educação, cada vez mais, ganha corpo no bojo das discussões teóricas efetivadas na academia, nos

cursos de formação de educadores e na sociedade civil, ao lado dos debates em torno das políticas públicas no ensino superior. Tal fato, vem gerando, nos últimos anos, uma confluência de trabalhos e posições que caminham em várias direções, muitas vezes antagônicas, polêmicas, mas que, certamente, muito tem fertilizado o terreno da inclusão como um cenário complexo e polifônico pela junção de vários discursos das muitas áreas e campos do conhecimento, que se debruçam sobre os desafios de transformar o meio acadêmico num espaço de convivência inclusiva e aprendizagem com e na diferença.

Nos últimos tempos, temos assistido aos embates entre as correntes que propõem modelagens de ensino para os surdos que vão do oralismo[11] ao bilinguismo[12]. Considerando-se as várias posições e as críticas realizadas em termos das ditas correntes, percebe-se que, de fato, os surdos se “apagam”, não conseguindo chegar desta forma ao nível universitário. É sabido que a pessoa surda vive em dois mundos, o mundo dos ouvintes (sociedade em geral) e o seu mundo que agrega o silêncio (comunidade surda). Neste último, sendo considerado de fundamental importância, onde vivenciam a comunicação realizando as trocas de informações concretas pela Libras. Perlin (1998, p. 54) fala da importância dos encontros entre os surdos: “[....] aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificava eles, identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual”. Percebe-se que a informação e o reconhecimento, fluem com o contato entre semelhantes ou usuários de uma mesma língua.

Logo, linguagens e reações distintas ocasionam em identidades diferentes. A pessoa surda que se comunica com uma linguagem diferente, terá além da identidade surda, uma identidade diferente, acarretada pelas diversas formas de comunicação que a pessoa surda utiliza com os partícipes que este convive, como por exemplo, o convívio de uma pessoa surda no seio familiar

[11] Este método considera que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral ou falada, utilizando treino da fala, da leitura labial (oralização) e treino auditivo.
[12] Propõe que o surdo se comunique fluentemente na sua língua materna (Libras) e na Língua Portuguesa.

ouvinte, onde a comunicação pode ocorrer de duas maneiras, sinalizada ou oralizada.

Nesse sentido, considerando o que diz Perlin (1998), que não existe apenas uma identidade surda e sim várias identidades surdas evidenciadas em sua pesquisa:

> 1. **Identidade surda completa** - é construída dentro da comunidade surda, há a construção dos signos visuais, um conforto linguístico ao usar a Língua de sinais, que, muitas vezes, transforma-se em ação política, pelos direitos linguísticos e sociais dessa minoria.
>
> 2. **Identidade surda híbrida** - ocorre com pessoas que tiveram surdez pós-linguística, nascem surdos parciais ou ficam surdos em um determinado tempo de vida e carregam em si uma identificação com ouvintes, mas há momentos em que necessitam de participar da comunidade de surdos.
>
> 3. **Identidades de transição** - geralmente ocorre com surdos que nunca tiveram contato com a comunidade surda e, ao encontrarem essa comunidade, passam por um processo de mudança. Transição da identidade flutuante para a projeção da identidade surda.
>
> 4. **Identidade surda incompleta** - há uma sensação de autodepreciação, vergonha, isolamento e passividade, aceitam as pressões para serem como os ouvintes, 'normais', sendo que nunca o serão, pois, a surdez não tem cura.
>
> 5. **Identidades flutuantes** - corresponde à dificuldade de identificar-se com o surdo, pelo estereótipo ou pelo desconhecimento (PERLIN, 1998, p. 61 – Grifo nosso).

Como vem sendo exaltado por Rosa (2012), não podemos esquecer que a identidade muda de acordo a especificidade de cada pessoa surda, e que há outros tipos de identidades além das que vêm sendo apresentadas por Perlin (1998). Segundo Rosa (2012):

> É preciso lembrar que a identidade muda de sujeito para sujeito, e de momento para momento, ela não é fixa. Não há um modelo para a identidade do sujeito surdo; a identidade sofrerá modificações de surdo para surdo em vista de suas representações históricas, sociais e visuais. Assim como dependendo do momento o surdo pode identificar-se com um, com outro ou com diversos grupos simultaneamente (ROSA, 2012, p. 23).

Por conseguinte, podemos destacar que há além das discussões sobre a identidade surda, há uma questão intrínseca a diferença. Silva (2000), diz que a identidade é aquilo que se é, então há a necessidade de fixar o processo de construção da mesma. O autor ainda coloca que a identidade e a diferença andam na mesma sintonia. Destacando por exemplo, que a identidade marcada do surdo é sua língua gestual visual que por sua vez não é oral, em caso de filhos surdos de pais ouvintes que não tem acesso às línguas sinalizadas geralmente procuram espaços que a língua esteja presente, como por exemplo as escolas, espaço este, onde há trocas de vivências.

Em síntese, no que tange a identidade negra é articular com as maneiras de inferiorização, massacre, subjugação, e supressões culturais, sociais, históricas e profissionais. A partir daí, entende-se como se deu o processo de formação de identidade das pessoas negras, sendo constituída de forma diferente das pessoas não negras. Porém, Conforme Souza (1983):

> Para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade, de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. As inevitáveis situações de sofrimento que o corpo impõe ao sujeito tem que ser “esquecidas”, imputadas ao acaso ou a agentes externos ao corpo. Só assim o sujeito pode continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição de sua sobrevida. (SOUZA, 1983, p.6).

Com os estereótipos construídos e estabelecidos pela sociedade, fica evidente que as pessoas negras precisam se esbarrar em constantemente enfrentamento ao sistema/estereótipos impostos pela referida sociedade, somente assim, através desta batalha que começa a constituir outros referenciais que não aqueles que estimulam a marginalização e o ódio.

De outro lado, a temática do acesso das pessoas negras no ensino superior público também foi e vem sendo ampliada, notadamente no âmbito das discussões sobre políticas e ações afirmativas para ingresso em cursos superiores, como é o caso do que prevê a Lei de cotas para ingresso nas universidades federais, nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Entretanto, ainda é lacunoso o escopo de pesquisas e estudos que correlacionem a situação das

pessoas negras surdas diante das políticas de acesso ao ensino superior público, que considerem a intersecção colocada pela surdez e pela negritude de forma concomitante (BRASIL, 2016).

Por essa razão, para abordar o presente tema, procuramos identificar, a princípio, pesquisas e teóricos que tematizam a interseccionalidade da pessoa negra surda e sua representatividade na sociedade perante o marcador de identificação inicial. No levantamento bibliográfico das pesquisas efetuadas no país, entre os anos de 2012 (ano de publicação da Lei de cotas) e 2019, foi priorizado o marcador de acessibilidade e inclusão das pessoas negras surdas no ensino superior público, visando constatar as políticas existentes e as discussões acerca destes marcadores. Como resultados parciais, que serão apresentados no decorrer deste texto, identificamos tal carência de pesquisas e de políticas que, sob um prisma interseccional, abordem a população negra surda e a educação. Assim, urge que se realizem estudos e políticas que relacionem as pessoas negras surdas no que tange a temática da inclusão e das relações étnico-raciais no ensino superior.

3.2 UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Neste item buscaremos a partir do recorte “raça e surdez”, (marcadores de análise desta pesquisa) discutir a diversidade com base na intersecção entre os marcadores mencionados. Contudo, há pouco estudos que fazem esse cruzamento entre os identificadores “raça e surdez”, mesmo sendo bastante profícuas as pesquisas sobre os surdos e equiparando a esta as pesquisas relacionadas a racialidade no Brasil. Porém, há uma dificuldade de encontrar estudos que tematizam a interseccionalidade das duas temáticas que habitualmente são pautadas em outras perspectivas.

Como dito, não é uma tarefa fácil tratar de dois temas que na literatura da área não são dialogados. Como solução para estabelecer a preservação da identificação ideológica e a relação entre os dois marcadores da pesquisa que por sua vez, iniciam em sua grande maioria das vezes pelas várias tradições epistemológicas, recorremos a conceitualização de interseccionalidade pautada

pela feminista e pesquisadora negra Kimberlé Crenshaw[13] (2002) em luta pelos direitos das mulheres negras norte americanas na década de 1980.

A interseccionalidade vem sendo conceituada dentro do movimento feminista negro, desde o feminismo universal em sua primeira “onda”, ou seja, antecede o que foi cunhado pela autora Crenshaw (2002). Era questionado pelas feministas negras em seu movimento, os espaços que não eram a elas favorecidos e que as declarações das feministas brancas colocavam todas em um mesmo procedimento de opressão sem uma variação identitária.

Segundo Davis (2016) “na historiografia negra, a história das mulheres negras foi silenciada, essas mulheres sempre foram englobadas na categoria negra, como se ser negra fosse algo universal”, ignorando na pesquisa o gênero, tornando essas experiências negras universais. Em sua fala de protesto, a pesquisadora Lorde (2009) “dentro da comunidade lésbica sou negra e dentro da comunidade negra sou lésbica”. A partir dessas discussões há necessidade em conceituar a interseccionalidade, sendo esta uma ferramenta que pode corroborar nas pesquisas onde há cruzamentos entre raça, gênero, deficiência e outros.

No que tange às pessoas negras surdas, a interseccionalidade vai além da “dupla diferença”, já que por sua vez, como dito acima, esta vem sendo conceituada como ferramenta de pesquisa, fazendo com que o pesquisador entenda como funciona as opressões em sujeitos de forma diferentes que são constituídos como únicos e não como duplamente diferentes. Portanto, ao nos referirmos às pessoas negras ou às pessoas surdas, não estamos nos referindo às pessoas negras surdas e sim, estamos nos referindo há pessoas interseccionais onde há as interdependências cruzadas, tornando-se único (SANTOS, 2019).

[13] Salientamos que a identidade surda não é objeto de atenção da Crenshaw, neste momento buscaremos conceituar a interseccionalidade e como ela tem sido aplicada nos estudos de raça/gênero.

Nesta concepção podemos considerar que as discussões referentes a pessoa surda, segundo Crenshaw (2002), como subinclusão. A própria diferença fica invisível nas abordagens superinclusivas enquanto nas abordagens subinclusivas torna-se invisível a diferença e o inúmeros problemas (CRENSHAW, 2002, p. 176). Como por exemplo, ao discutir a temática educação de surdos o foco está na pessoa enquanto falante de uma língua sinalizada/subalterna (identidade e cultura surda) desconhecida por uma grande maioria de pessoas ouvintes e é desconsiderado o cruzamento interdependente pela raça e a surdez por exemplo na constituição de uma análise. Portanto se faz necessário estimular os estudos interseccionais aos estudos referentes às pessoas surdas, passando a considerar as relações e seus conflitos e o multiculturalismo que as atravessam. Conforme Crenshaw (2002):

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras (2002, p. 177).

Levando em consideração as contribuições da autora Kimberlé Crenshaw (2002), conceituando a interseccionalidade de gênero e raça, tornam cada vez mais autêntica e visível quando aplicadas às políticas públicas, neste caso, voltadas às pessoas negras surdas, a ausência de cotas específicas, por exemplo, que abarque este público para que estes acessem o nível superior público de qualidade e sem impedimentos. Vale ressaltar que a criação de setores específicos de políticas voltadas para as “minorias”, é uma prática que vem sendo adotada no governo brasileiro em função de garantir a transversalização das perspectivas apresentadas em raça, gênero, etnia, classe e outras políticas públicas que aprofundamos os estudos no próximo tópico deste texto intitulado, Negritude e Surdez nas Universidades Públicas.

Mediante o exposto percebe-se que a interseccionalidade oportuniza não apenas estudos relacionados ao sexismo, a opressão de classe ou do racismo, abre também possibilidades de um conjunto discriminatório sejam

explorados/analisados sendo aplicado por exemplo em nossa pesquisa, o ouvintismo numa perspectiva caracterizada como multiculturalismo, abrindo possibilidades de explorar outros mecanismos discriminatórios atuantes no corpo surdo pelo meio da raça. Assim, evidenciamos os diversos modos que a raça articula com a surdez. Dessa forma, evidenciamos os diferentes modos como a surdez se articula com a raça, incitando a interseccionalidade. Nota-se ainda, que as pessoas negras surdas experienciam tanto com o racismo quanto com o preconceito linguístico.

3.3 - NEGRITUDE E SURDEZ NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

No Brasil, os surdos efetivamente tiveram a oportunidade de ingressar nas universidades públicas somente no ano de 2006, através das políticas afirmativas postas e/ou reguladas pelo Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), sendo que os surdos norte-americanos, começaram no ano 1864, com a *Gallaudet University*, é sabido que as políticas citadas acima para o acesso nas universidades pelos estudantes negros surdos nas instituições, firmaram somente anos depois. Vale ressaltar que as primeiras escritas sobre a temática negro surdo foram realizadas nos Estados Unidos.

No Brasil, por exemplo, com o surgimento da Lei n° 12.711/12 (BRASIL, 2012), cuja foco está na destinação de reservas de vagas para estudantes negros em curso de graduação, já os Estados Unidos tendo como marco inicial a vitória de Andrew Foster na Suprema Corte em 1951 e as manifestações nos anos seguintes em que familiares de crianças surdas negras conquistaram o direito, destas estudarem na Escola Kendall, esta, está localizada no campus da *Gallaudet,* tendo turmas específicas para os estudantes surdos.

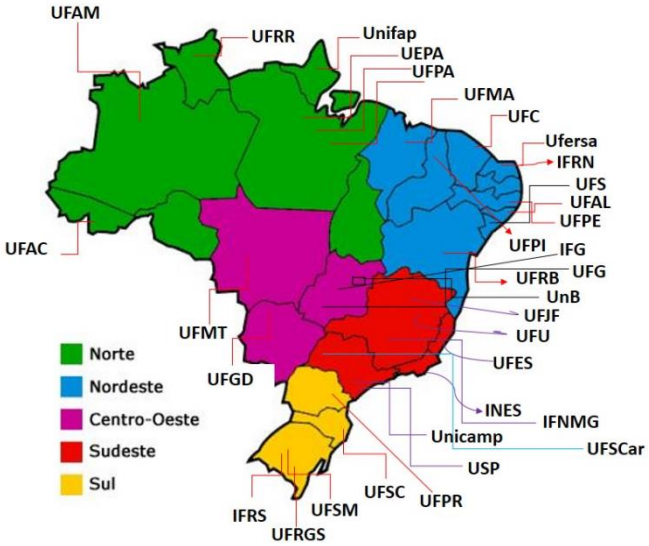
Em se tratando das discussões que levam em consideração a constituição das múltiplas identidades dos estudantes negros surdos, consideramos o conceito de interseccionalidade, aprimorado pela feminista negra e pesquisadora norte americana Kimberlé Crenshaw (2002). A interseccionalidade ganhou mérito nesta pesquisa, pois, como bem-dito pela autora:

> Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002, p.173).

Ao se tratar de questões sobre as subordinações interseccionais em afronta aos sujeitos negros surdos, não são encontradas nos estudos étnico-raciais e muito menos nos estudos surdos no Brasil. É tão marcante em nosso país a invisibilidade deste tema, pois, foi encontrado apenas uma única tese que tratou da referida temática. Tese essa, que foi citada ao longo da escrita desta dissertação, intitulada: Interseccionalidade entre Raça e Surdez: A Situação de Surdos Negros em São Luís-Ma, escrita por Francisco José Roma Buzar (2012), a qual destaca a situação social vividas pelos negros surdos com marcadores específicos de vulnerabilidade e pelo preconceito interseccional vivenciados no contexto social em geral e nas escolas da referida capital. Assim, percebe-se ao longo da leitura, Buzar (2012) se inspira no conceito da interseccionalidade e o que esta atribui no entendimento dos aspectos raciais da discriminação de gênero, fazendo uma conexão entre surdez e raça, para entender as reais vivências interseccionais pelos negros surdos.

Outro ponto a ser discutido quanto à negritude e a surdez nas universidades, torna-se evidente com a criação do curso de licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na sua modalidade à distância para todo país e publicizado pelo Decreto n° 5.626/2005 (BRASIL, 2005) Art. 4, Inciso II que dá prioridade as matrículas para as pessoas surdas, antes financiado pelo governo Lula do ano 2003 a 2011, a UFSC realizava também um programa nacional de formação de professores e Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa que culminou na criação do referido curso de graduação. O curso, corroborou para o acesso ao nível superior pelos negros surdos e surdos de um modo geral, bem como, a necessidade, evidente e crescente de professores surdos atuantes nas universidades para lecionarem disciplinas específicas da comunidade surda.

Figura 03 - Polos do curso de Letras Libras (2006 - 2019)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em KUMADA, 2017, p. 104.

Com a grande demanda de ingressos no curso de Letras Libras e com implantação do curso nas universidades conforme a figura 03 apresenta, além da implantação da obrigatoriedade da disciplina Libras nos cursos de licenciaturas e fonoaudiologia, foi necessário a abertura de concursos para contratação de professores para suprir as demandas seguindo os critérios estabelecidos no Art. 4º do Decreto 5.626/2005:

> Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (BRASIL, 2005).

Vale, entretanto, destacar, que em virtude do interesse das pessoas surdas em realizarem sua graduação, dando prioridade a Letras Libras, o profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, passou a ser capacitado, bem como, sua profissão passou a ser reconhecida pela Lei n° 12.319 (BRASIL, 2010) e para tal exercício, o referido profissional conta com a formação de Bacharelado em Letras Libras, além, de outras proficiências equivalentes

autorizada pelo Ministério da Educação (MEC). Assim, torna a acessível os ambientes universitários, mais interativo com a acessibilidade linguística.

Em relação às cotas para acesso às universidades, a Lei nº 12.711 é um relevante marco legal nacional das políticas afirmativas aqui referidas. Esta Lei previa cotas para pretos e pardos, que foi alterada pela Lei n° 13.409, e o Decreto nº 7.824, alterado pelo Decreto nº 9.034, e pela Portaria Normativa n° 18/2012, onde ampliou as 04 (quatro) categorias (preto, pardo, renda, escola pública e desconsiderando raça e desconsiderando renda) anteriormente utilizadas pelas universidades, em mais 04 (quatro) novas categorias, sendo estas espelhadas nas citadas acima, denominadas L9, L10, L13 e L14 se espelharam nas categorias L1, L2, L5 e L6 . Sendo que a categoria L2 “Candidatas/os autodeclaradas/os pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; cria-se a L10 “Candidatas/os com deficiência autodeclaradas/os pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas”, fazendo a junção da categoria PcD, com a categoria preto, pardo e indígena (BRASIL, 2012; 2016; 2017).

Somente em 2001, ao se referir especialmente as cotas dos estudantes negros, teve as suas primeiras ações nas universidades públicas. Estas, por meio de seus conselhos universitários ou em consonância com a leis estaduais, usufruindo de sua autonomia, implantaram de forma isolada e pontual, os sistemas de cotas, embora, sem a contribuição do MEC e quiçá da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Foram reveladas no ano de 2007, trinta e sete instituições de ensino que aderiram às políticas de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil, dessas, trinta e três instituições de ensino desenvolviam sistemas de cotas, enquanto, as outras usavam o sistema de bonificação nos respectivos vestibulares. Estes dados foram publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

> A cota tem o objetivo de abrir o teto social que hoje impede uma maior progressão social do jovem negro, visando alçá-lo a uma condição de

> ascensão social. Essa política tem impactos na composição de um novo perfil da elite brasileira, que passará a ser marcada por uma maior diversidade e pluralidade. Nesse sentido, ela ajuda a promover maior eqüidade racial, desnaturalizando o preconceito e valorizando a presença negra nos diversos espaços e posições sociais. (THEODORO, 2008, p.174).

Assim, tem-se observado o crescente avanço nas políticas afirmativas instauradas nas universidades públicas. As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), criaram os Núcleos de Acessibilidade, através das submissões de projetos de acessibilidade junto aos editais publicados pelo Governo Federal[14], pelo Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, no ano de 2005. Este programa era executado por intermédio entre Ifes, Secretaria da Educação Especial (SEESP) e a Secretaria da Educação Superior (Sesu). Embora com o fim da SEESP, passou a ser conduzida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

É mister dizer, que estas políticas públicas apresentadas, são apenas algumas que especificamente relacionadas às pessoas negras e/ou surdas, vale ainda considerar que nós realizamos apenas um inventário parcial, com intuito de focar nas políticas públicas de natureza afirmativas, ações dos movimentos sociais e indução de políticas a partir dos movimentos sociais que repercutem de forma memorável na aplicação do princípio da igualdade.

Na Universidade Federal do Sul da Bahia, em especial no *campus* Sosígenes Costa, em Porto Seguro (BA) em 2021, através das cotas específicas para PcDs, houve entrada no quadrimestre 2021.2 no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades de uma discente negra surda conforme informações da PROAF[15]. Desde o ano de 2018 a política afirmativa da UFSB prevê as reservas de vagas para ingresso de PcDs em cursos de graduação, tal prerrogativa está escrita na Resolução n° 10/2018 (recentemente alterada pela

[14] Em 2004, o MEC com o objetivo de fortalecer as bolsas nas instituições privadas aos alunos de baixa renda com o Programa Universidade para Todos (ProUni). Mas, sabemos que ainda há pouco investimento no Ensino Fundamental e Médio nesta temática em questão.

[15] Informações extraídas através de consulta realizada à PROAF via e-mail e pelo site: https://ufsb.edu.br/proaf/

Resolução 12/2021[16]), aprovada e publicada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo de deliberação da Instituição. Atualmente há uma ocupação de vagas por 49 discentes registrados no setor em questão, destes, 26 contemplados em vagas reservadas em cursos de graduação e reingresso: 14 discentes na cota L10 voltada a candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012) e 12 discentes na cota L14 para candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012[17]), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

No Brasil, as comunidades negra e surda, às políticas públicas em sua grande maioria, são criadas por mobilização das organizações não governamentais, como por exemplo a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e o Movimento Negro Unificado, este último, vem sendo pautado por Gomes (2017) em seu livro “Movimento Negro Educador”, fazendo questionamentos que permeiam as vivências deste movimento que militam contra discriminações, opressões e outros. Portanto, neste contexto, nota-se que os negros surdos, encontram–se “apagados e sem voz” em sua perspectiva interseccional e a inexistência das políticas públicas destinada a essa realidade para com o grupo em questão. A implantação políticas públicas afirmativas voltadas para a pessoa negra surda, podem favorecer o acesso e a permanência desta ao ensino superior público, além corroborar na identificação e reconhecimento desta não como ser surdo ou ser negro e sim como negro surdo, como por exemplo, dentro das cotas de acesso das pessoas com deficiência nas universidades, cria-se outra, pessoas negras com deficiência, ou pessoas negras com deficiência auditiva (surdo) pois, esta sendo branca, não

[16] https://ufsb.edu.br/acesso-informacao/documentos/110-resolucoes/2773-resolucoes-2021-2
[17] http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf

será alvo duplo ou triplo de preconceito, racismo e discriminação na sociedade em forma geral.

CAPÍTULO 04 – PESQUISAS EM TORNO DO ACESSO À EDUCAÇÃO DE NEGROS SURDOS: O QUE DIZEM?

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica realizada, focada em identificar pesquisas e teóricos que tematizam a dupla identidade da pessoa negra surda e sua representatividade na sociedade perante o marcador de identificação inicial, cuja ênfase investigativa assenta-se na análise de políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil.

No levantamento bibliográfico das pesquisas efetuadas no país, entre os anos de 2012 e 2019 - critério escolhido devido a publicação da Lei de Cotas e da Lei Brasileira de Inclusão, sendo o ano 2019 o ano de início da pesquisa do mestrado- como citado anteriormente, também se priorizou o marcador de acessibilidade e inclusão das pessoas negras surdas no ensino superior público, visando identificar as políticas existentes e as discussões acerca da dupla identidade (BRASIL, 2012; 2015).

A história da pessoa surda atravessa a antiguidade sendo considerada como pessoa inválida, muitas das vezes era condenada à morte pelo fato de ser pecadora por não conseguir fazer as leituras sagradas ou como afirma Silva (1987):

> (...) Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes. (SILVA, 1987, p. 130).

Assim, com o desenrolar do crescente domínio da medicina, denominara a pessoa surda como um sujeito clínico-terapêutico, procurando formas possível de normalizar (consertar) este sujeito para a sociedade (RAMPELOTTO, 1993), desta forma eram marginalizadas como inferiores aos ouvintes

(ouvintismo/audismo[18]) e por isso poderia ser alvo de ações assistencialistas, um ponto de vista deturpado, quando se refere ao sujeito surdo, não é pelo fato de faltar algo que este sujeito pode ser considerado como inválido, incapacitado e outros adjetivos nada convencionais, ele pode se casar, constituir uma família, estudar, passar em um concurso e tantas outras coisas que os sujeitos ouvintes também estão submetidos. Por consequência, ajudou exponencialmente na criação da identidade da pessoa surda, visto que a partir deste momento, os movimentos das pessoas surdas ou comunidade surda, de forma exponencial se fortaleceu em todo o mundo, se apresentando não como um sujeito díspar e sim como uma pessoa que é usuária de uma língua desconhecida por uma grande maioria de ouvintes.

> A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente (HALL, 2006, p.13).

O movimento surdo no Brasil dentre os anos de 1990 a 2013, segundo Brito (2013), atuou principalmente em torno da oficialização da língua de sinais no país, sendo a reivindicação primordial deste movimento. Assim, com a difusão da Lei nº 10.436, que trata do reconhecimento da Libras para a comunidade surda, assegurou-se um viés de possibilidade em se tratando da identidade coletiva surda organizada conforme a língua comum, e no ano de 2005, o Decreto n° 5.626 que regulamenta a lei citada acima, definindo a acessibilidade linguística em espaços públicos e privados para as pessoas surdas (BRASIL, 2002; 2005).

[18] Derivam de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode entender o ouvintismo sem que esse seja entendido como uma configuração do poder ouvinte. Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados. Em que predomina a hegemonia por meio do discurso do saber. Academicamente essa palavra – ouvintismo–designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinicalização, e da necessidade de normalização. (SKLIAR, 2016)

Esses acontecimentos podem ter confluído, além da língua, uma necessidade identitária. Miranda (2017), fica evidente que se inicia no contexto da militância e, posteriormente, no âmbito acadêmico. Após o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão legal entre os surdos brasileiros, começaram na cidade de São Paulo as primeiras manifestações da temática “surdo negro” e a inclusão social, pautada nos movimentos sociais dos surdos paulistanos.

É por isso, que esta abordagem introdutória, a partir de uma revisão bibliográfica, visa analisar as relações entre o sujeito negro surdo e as condições no processo de acesso à escolarização de nível superior, por meio dos dados bibliográficos aqui apresentados no decorrer do texto que tange às políticas de acesso às universidades públicas brasileiras e a dupla diferença da pessoa negra surda acerca dos anos de 2012 a 2019.

Pensa-se em não estigmatizar o sujeito negro surdo como inferior aos ouvintes, por possuírem uma língua subalterna e tão pouco defender neste momento a dupla diferença apresentada nos aspectos da Educação Especial na Perspectiva Educação Inclusiva e étnico-racial que de todo modo são aspectos que corroboram para exclusão deste sujeito na sociedade. E de fato, apresentar a resistência e militância do negro surdo.

Com a perspectiva racial, o movimento negro surdo passou de evento limitado para um movimento nacional ordenado decisivamente, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 01 – Movimentos, Inclusão Social do Negro Surdo

Palestra: Inclusão Social do Negro Surdo	II Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo	III Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo	IV Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo	V Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo	VI Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo
DERDIC Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação	Memorial da América Latina	Museu Afro Brasil	UNEB Universidade do Estado da Bahia	ISERJ Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
São Paulo-SP	São Paulo-SP	São Paulo-SP	Salvador-BA	Rio de Janeiro-RJ	Florianópolis-SC
2008	2009	2012	2013	2015	2017
Sandro dos Santos Pereira	Sandro dos Santos Pereira	Sandro dos Santos Pereira	Sandro dos Santos Pereira	Sem informação	Sem informação
CBS	CBS	Sem informação	FENEIS	FENEIS	FENEIS

Fonte: MIRANDA (2017, p.9)

O quadro apresenta as realizações de ações dos negros surdos no Brasil até o ano de 2017. Ao pesquisar a respeito do VII Congresso Nacional de Inclusão do Negro Surdo, registros encontrados em uma publicação em uma rede social[19], afirmam que ocorreria em novembro de 2019 na cidade de São Luís no Maranhão (MA), supostamente organizado pela Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Secretaria de Estado de Turismo (Setur), Secretaria do Trabalho e da Economia Solidária (Setres) e Museu do Reggae, pelo que se foi pesquisado, o evento ainda não foi realizado até o momento e não houve novas publicações acerca do possível cancelamento encontrado nas redes sociais. De todo modo, tais eventos, vem marcando as

[19] Fonte: <https://www.facebook.com/direitoshumanosmaranhao/posts/2587217981288711/>. Acesso em: 28 de abril de 2020

lutas destes, em prol de reconhecimento enquanto usuário de uma língua e uma identidade racial subalternizadas. Strobel (2016, p.41), explica, ao afirmar que os surdos:

> […] quando se identificam com a comunidade surda, estão mais motivados a valorizar a sua condição cultural e, assim, passariam a respirar com mais orgulho e autoconfiança na sua construção de identidade e ingressariam em uma relação intercultural, iniciando um caminho sendo respeitados como sujeitos “diferentes” e não como “deficientes”.

Um detalhe importante relacionado às várias edições deste congresso, foi a criação do símbolo representativo ao Negro Surdo (figura 4). Pois, o objetivo do referido congresso é a reflexão e consciência no que tange surdez e racismo, a imagem apresenta aspectos da pessoa negra surda sendo evidenciada sua identidade racial, linguística e a deficiência.

Figura 04: O Negro Surdo

Fonte: FERREIRA, 2018, pág.37.

Atualmente, há discussões acerca da questão da nomenclatura existente: surdo preto, negro surdo ou surdo negro (FERREIRA, 2018). A principal argumentação, é em se tratando de ser negro e posteriormente, o ser surdo, pois, os aspectos visuais notórios e/ou primários a serem percebidos é a raça, e sendo por último observado a questão de ser surdo. Por isso, a imagem exibida apresenta o sinal[20] “Negro Surdo” representado pelo congresso em questão.

[20] Na comunidade surda, toda palavra possui um sinal. Quando não se tem um sinal, são usados outros recursos como datilologia (fazer a soletração usando o alfabeto manual) ou uso dos classificadores.

O Projeto Estudos das Relações Étnico-Raciais nos Diversos Âmbitos Sociais (ERERDAS) foi um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) sob coordenação da professora Priscilla Leonnor Ferreira, de 10 de agosto a 11 de setembro de 2020. Esse projeto contou com diversas temáticas no contexto das relações étnico-raciais, pautando também o movimento negro surdo e sua visibilidade nos espaços públicos. Durante um mês de execução deste projeto de extensão com *lives* ocorridas no *YouTube*, contava com sua grande maioria, palestrantes negros surdos e ouvintes fluentes na língua. Como a pessoa surda é totalmente visual, os fatores relevantes deste projeto em questão, foi representado na imagem abaixo:

Figura 05: Arte do ERERDAS.

Fonte: CALDEIRA, 2020.

A coordenadora do projeto apresentou a imagem, explicou-a, como sendo uma árvore, em especial alusão a árvore chamada *baobá*, uma espécie existente na África, possuindo as características de firme, robusta, cheia de curvas. Muitas pessoas se reuniam ao redor dessa árvore. A imagem do projeto em questão significa firmeza, resistência de todas as pessoas negras surdas e que possam continuar firmes e fortes na luta pela visibilidade e direitos. Apresenta em seus dedos (sinalizados na imagem) alguns eixos que foram discutidos: saúde, educação, economia, leis, família, representatividade de moradores de

comunidade, movimento de luta social, comunidade de mulheres negras surdas e direitos humanos. Finalizada a primeira edição, em 2021 haverá a segunda, porém, não tem data definida.

Em se tratando da negritude, destaco o contexto sócio-histórico de consumo, circulação e produção dos mais diversos discursos racistas no Brasil contemporâneo, podendo ser destacado: um país com maior índice de importação de africanos no período escravista, sendo o último a aderir a abolição destes (1888), e ainda assim é um país que acalenta a ideologia e mito que as relações raciais são democráticas ou cordiais ao mesmo instante em que há uma dominação intensa branca sobre vários segmentos étnico-raciais no que tange acesso de bens simbólicos e materiais discutida e criticada pelos autores: Fernandes (1989) que traz a discussão do mito da democracia racial e contribui para o desenvolvimento das relações raciais no Brasil; Munanga (2004) mesmo não sendo brasileiro ele apresenta em suas discussões a importância do negro na constituição na história do Brasil, Gomes (2017) discussões das relações étnico-raciais, questões de gênero, estudo vasto sobretudo na área da educação, além de outros autores.

Vale destacar o racismo estrutural que persiste e que muitos negros surdos são alvos, além de outras formas de preconceitos e discriminações devido a “dupla diferença” apresentada à sociedade, sentindo na pele em dobro o que é visual (racismo) e a subalternidade da língua conhecida por poucas pessoas (preconceito linguístico e pelo fato de ser uma PcD). De todo modo, embora esta “dupla diferença” apresentada, o negro surdo, deve-se reafirmar a raça antes de ser surdo, pois o que é evidenciado e/ou destacado de imediato, vem sendo sua fenotípica, seus traços e tonalidade da pele, assim, considera-se um ato simbolicamente importante esta reafirmação em ser negro.

Buzar (2012) detalha em sua pesquisa a aflição que os negros surdos atravessaram por conviverem com os preconceitos relacionados à surdez e à raça em vários espaços, como universidades, escolas, mercado de trabalho, ruas, entre outros ambientes.

> Como é denominado na teoria da interseccionalidade, as pessoas surdas negras sofrem um processo de subinclusão nesse caso. Assim, de acordo com este estudo, as pessoas surdas negras sofrem preconceito e racismo, tanto dentro da escola, como no contexto social, o que acarreta uma série de problemas sociais e emocionais aos mesmos (BUZAR, 2012, p.123).

Para tratar sobre estudos negros surdos, se faz necessário conhecer o conceito de identidade destes sujeitos em questão na concepção da interseccionalidade, levando em conta as diferenças e os marcadores sociais distintos em um mesmo sujeito. Segundo Woodward (2000, p.38), são produções históricas as identidades, sendo, assim, "produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e sem esquecer das histórias particulares".

Nesse sentido, dados do Censo da Educação Superior (2019), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que há um total de 2.556 alunos surdos e 6.569 com deficiência auditiva e, ainda, 157 com surdocegueira matriculados nas instituições de Educação Superior pública e privada, sendo uma porcentagem de alunos negros matriculados de 7,12%. São dados que apontam um aumento significativo de negros e pessoas surdas na universidade pública em meio às políticas públicas sendo postas em ação. Pode-se afirmar que a Lei de Cotas (BRASIL, 2012) corroboram para tal feito. Entretanto, não foram encontrados dados - oriundos do Censo - que evidenciam ambos os marcadores, o que evidencia lacunas e reflete diretamente nas pesquisas e na realização de políticas afirmativas.

4.1 PESQUISAS E DEBATES EM TORNO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS SURDAS

Ao realizar o levantamento de forma preliminar na Biblioteca de Teses e Dissertações, no período de 2012 a 2019, tendo como ponto de partida, o ano de criação da lei de cotas[21]. Utilizando as palavras-chave "negro surdo ou surdo

[21] Foi escolhido como ponto de partida o ano de 2012, pois, foi neste ano que a Lei de Cotas entrou em vigor, assim, facilitou a realização deste levantamento já apontado os benefícios acarretados por esta lei à comunidade negra no espaço universitário.

negro", foram encontrados mais de 50 trabalhos de pesquisas com diferentes focos destes sujeitos sociais. A triagem, pela busca, foi primordial, visto, que na grande maioria dos trabalhos encontrados, a temática era apenas ao ser surdo, pesquisas realizadas em distintas pós-graduações.

Na medida que foi sendo realizado afunilamento através das palavras-chave e leitura dos resumos, apontando os marcadores de surdez, cor e acessibilidade e inclusão nas universidades, levou-nos a cinco principais pesquisas: Buzar (2012), Furtado (2012), Vedoato (2015), Ferreira (2018) e Santos (2019). As discussões evidentes por estes autores contribuíram de fato, é pertinente no que se referem ao acesso à educação de surdos no Brasil em perspectiva da interseccionalidade e as políticas públicas existentes.

Quadro 02. Teses com a temática: surdez e raça (2012-2019)

Título	Autoria	Ano de publicação	Universidade	Nível
Narrativas De Sujeitos Surdos Negros: A Dupla Diferença Presente No Corpo	Rita Simone Silveira Furtado	2012	Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS	Mestrado
Interseccionalidade Entre Raça E Surdez: A Situação De Surdos (As) Negros (As) Em São Luís-Ma	Francisco José Roma Buzar	2012	Universidade De Brasília – UnB	Mestrado
Relações Entre Surdez, Raça E Gênero No Processo De Escolarização De Alunos Surdos No Paraná	Sandra Cristina Malzinoti Vedoato	2015	Universidade Estadual De Londrina –UEL	Mestrado
O Ensino De Relações Étnico-Raciais Nos Percursos De Escolarização De Negros Surdos Na Educação Básica	Priscilla Leonnor Alencar Ferreira	2018	Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia – UESB	Mestrado

Negros Surdos: Aprendendo A Conhecer A Dupla Diferença	Laudiléa Aparecida de Lourdes Laudino	2019	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro – UERJ	Graduação
Negros/as Surdos/as No Ensino Superior: Mapeando Cursos De Graduação De Letras Libras	Rhaul de Lemos Santos	2019	Universidade Federal Do Paraná- UFPA	Mestrado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Buzar (2012) utiliza a interseccionalidade e seu conceito para iniciar seus estudos sobre os surdos negros. Furtado (2012) denomina de dupla diferença. Vedoato (2015) chama de condição ligada a surdez ou concorrente, fundamentando-se nas questões clínico-terapêuticas, ou seja, considera a surdez uma deficiência. Enquanto, Buzar (2012) e Furtado (2012) abordam a surdez sob a ótica do socioantropológico.

Furtado (2012), em sua pesquisa, usou a entrevista narrativa com os sujeitos negros surdos, a fim, de realizar comparação acerca de qual enfrentamento sofrem mais esses sujeitos, dentre preconceitos e discriminações, pois, é evidente as duas “diferenças significativas”. Além, de apresentar em primeira instância a questão da raça, existe ainda a questão de a pessoa ser surda, usuária de uma língua subalterna e desconhecida por muitos, a língua de sinais. Há também outras características marcantes que podem ajudar no processo de discriminação, exclusão e preconceito sejam mais ainda destacados.

Esta influência tradicionalista ouvintista, tornou-se uma marca forte na história dos surdos que sofreram muito com a tentativa do oralismo, em virtude de terem duas identidades, a de negro e a de surdo, assim, passam a sofrer pela dupla diferença (FURTADO, 2012).

Há dois conceitos imprescindíveis em nossa pesquisa a se refletir, surdez e raça, o que Furtado (2012) chama de “dupla diferença”. São vários marcadores sociais trazendo consigo as implicações para os indivíduos sociais. Assim, é muito importante compreender a interseccionalidade desta questão.

Hairston & Smith (1983), declara em relação as pessoas negras surdas, que esta nomenclatura, reúne uma série de sujeitos, com semelhanças simples de raça e surdez compartilhadas. Mas, não se considera que surdos negros são um grupo ou um subgrupo com características culturais e étnicas diferentes de outros grupos de surdos. Pois, há um significado em constituir um grupo que compartilham características distintas no que se refere etnia e cultura de outros grupos. Laudino (2018), no entanto, os autores advertem, mesmo com a existência de semelhanças, que o grupo não é homogêneo, pois, há as diferenças individuais, evidenciadas.

Ferreira (2018) destaca em sua pesquisa a existência das discussões sobre a nomenclatura: negro surdo, surdo preto ou surdo negro. Para ela, o primeiro a ser evidenciado é a cor, por se tratar de um aspecto visual e posteriormente a questão da surdez.

É interessante que podemos ter os brancos surdos, ruivos surdos, surdocegos negros, negros surdos etc. A partir do momento que estes sujeitos assumem dentro da sociedade suas identidades, contribuem desta forma para a visibilidade da luta pelo reconhecimento, é sabido que o negro surdo ao ser equiparado ao branco surdo apresenta-se uma disparidade no que tange a raça, pois o racismo estrutural é extremamente rigoroso e perverso, sem exceções, nem pelo fato de ser surdo estará isento, ao se apresentar traços da negritude este estará propenso ao racismo estrutural, pois, o surdo que é branco encontra-se em lugar de privilégio. Para Buzar (2012), a identidade social se dá a partir de participações em comunidades dentre os mais diversos contextos, fazendo valer o direito pela democracia.

Ainda sobre a pesquisa de Furtado (2012), onde apresenta discussão e reflexões ao surdo negro que passa pelo “duplo preconceito”, a autora destaca

os “sujeitos significativamente diferentes”, dando como exemplo os surdos, os homossexuais, os cegos, os negros, que vivenciam de forma dupla o preconceito e ainda a exclusão dos mais diversos espaços na sociedade. Essa autora, faz autoquestionamentos: e em relação aos sujeitos “duplamente discriminados”, de que forma os surdos negros estão vivendo na sociedade? Quais lugares estão ocupando? (FURTADO, 2012, p.14).

O mapeamento realizado, baseado nas dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), demonstra o quão evidente a emergência em estudos com a temática surdos negros, apontada pela exígua proporção de pesquisas realizadas/encontradas. Achamos de extrema importância, estudos existentes articulados com os marcadores sociais da diferença de forma a fortalecer o reconhecimento de sua identidade, nesse caso, sua identidade negra surda.

Ao analisar os fatos, tem-se de atentar que por um lado tende a existência da comunidade surda e por outro, temos a comunidade negra, pois, esta, não depende de ser ou não, ser surdo. Em relação a surdez, Perlin (1998) sublinha identidade surda e sua existência, em conformidade a Hall (2003), que destaca a negritude enquanto vivências realizadas pelas pessoas onde os corpos são negros que partilham experiências de confrontação ao branco colonizador.

Assim, o discente negro surdo dispõe no espaço universitário vários procedimentos de adaptações como por exemplo o convívio com ouvintes, outras culturas, religiões e, não apenas no contexto acadêmico, mas, também, a padronização estética e comunicacional. Tais corpos que contêm esse par de identidade e compete ainda entender para preferivelmente compreender como se dá na universidade pública uma vez que ambas as identidades são desclassificadas pela própria sociedade. Furtado (2012) explica a dupla diferença:

> Compreendo como “dupla diferença” a existência em um único sujeito, de dois traços identitários que o diferencie significativamente da “norma” representada na sociedade por sujeitos brancos, magros,

> altos, ouvintes, que enxerguem, seja usuários de uma língua de modalidade visual-gestual... (FURTADO, 2012. P.09)

Reis (2015) explica, com a inclusão de professores surdos no ensino superior, ocasionou no fluxo de estudantes surdos matriculados nesta modalidade, mas qual a porcentagem? E quão significativo foi esse aumento de estudantes negros surdos que entraram nas universidades? Me parece, que posteriormente, não foi objeto de pesquisa para muitos pesquisadores.

Em se tratando quanto aos avanços importantes no que tange relativamente ao aumento do acesso ao ensino superior, influencia em publicações acerca das ocupações neste espaço com vagas por docentes surdos (REIS, 2015) e o aumento de estudantes surdos com acesso à graduação, vale ressaltar que não há informações de dados tendo como recorte a raça, para que possamos qualificar se essa significativa modificação em ocupar as vagas corroborou aos negros surdos discentes.

Há muitos estudos acerca da Libras, que vem sendo pesquisada com temas que apresentam a importância dessa língua em questão no processo de acessibilidade e inclusão social dos sujeitos surdos na educação. Conforme SKLIAR (1998, p.14) tem apontado como é importante os estudos surdos se ligarem aos estudos das relações étnico-raciais como apontamos a seguir:

> Quais seriam as consequências de um movimento de aproximação da educação de surdos com outras linhas de estudo em educação como, por exemplo, os Estudos Culturais, os estudos negros, educação e gênero, educação de classes populares, linguagem e educação etc.?

Aponta também a insistência falta de pesquisas das situações vivenciadas pelo negro surdo na sociedade, em particular, a exclusão, o racismo, a identidade, as questões étnicas e a cultura negra surda. Isso está relacionado a falta de metodologias que abarquem este público, nesse caso, para os surdos nos ambientes acadêmicos (usuários de uma língua minoritária), acaba não tendo acesso como os discentes ouvintes aos conteúdos curriculares. Por isso, se faz necessário para os alunos surdos em recursos pedagógicos específicos

e muitos outros materiais no que diz respeito aos conteúdos já existentes oficialmente no currículo quanto ainda aqueles cuja temática são as relações étnico-raciais.

A falta de acesso aos conteúdos sobre as relações étnico-raciais tem enormes implicações de que forma esses sujeitos irão construir representações sobre o ser negro surdo. De acordo com Hall (1997, p.6):

> [a representação] Ela examina não apenas a forma como a linguagem e a representação produzem significados, mas como o conhecimento produzido por determinado discurso liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades, e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas certas coisas.

As pesquisas que mais foram relevantes, aqui, apresentadas (Buzar, 2012; Furtado, 2012 e Vedoato, 2015), contudo, não tiveram prosseguimento a exploração dos dados em outro nível de pesquisa. Assim, concluo que a correlação entre raça e surdez podem ser mais pesquisadas nas produções acadêmicas brasileiras em distintas áreas de concentração, referenciais teóricos e modalidades. Cuja intenção primordial deste levantamento é despertar interesse relativo ao tema, bem como a premente necessidade de políticas públicas específicas antirracistas.

Em se tratando da educação, em especial para os negros surdos, foram encontradas teses de mestrado e doutorado conforme quadro 3 abaixo:

Quadro 03. Teses com a temática: Educação com o recorte Negro Surdo (2012 a 2019)

Título	Autoria	Universidade	Nível	Ano de publicação
O Ensino De Relações Étnico-Raciais Nos Percursos De Escolarização De Negros Surdos Na Educação Básica	Priscilla Leonnor Alencar Ferreira	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB	Mestrado	2018
Relações Entre Surdez, Raça E Gênero No Processo De Escolarização De Alunos Surdos Do Paraná	Sandra Cristina Malzinoti Vedoato	Universidade Estadual de Londrina - UEL	Mestrado	2015
Acesso do surdo a curso superiores de formação de professores de Libras em instituições federais	Kate Mamhy Oliveira Kumada	Universidade de São Paulo-USP	Doutorado	2017
Negros/As Surdos/As No Ensino Superior: Mapeando Cursos De Graduação De Letras Libras	Rhaul De Lemos Santos	Universidade Federal do Paraná -UFPA	Mestrado	2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

As teses encontradas foram selecionadas mediante recorte apresentado (pesquisado), educação e negro surdo no decorrer do ano de 2012, após o surgimento da lei de cotas, tendo como ano limite 2019. 7 anos após os primeiros passos da Lei de Cotas e 3 anos depois que foi sancionada a Lei n° 13.409/2016 (BRASIL, 2016) que rege sobre acessibilidade das PcDs no ensino superior mediante cotas específicas para o público da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

As teses apresentadas acima, no quadro 03, apresentam similaridade à temática, no entanto, são abordadas de forma distintas.

Ferreira (2018) realiza uma pesquisa relacionada à História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares de ensino básico que envolvem o ensino e relações étnico-raciais especificamente para alunos negros surdos.

> O ensino das relações étnico-raciais na escola busca desenvolver o conhecimento na área das relações interpessoais entre brancos e negros, além de proporcionar reflexão sobre racismo no ambiente educacional promovendo empatia entres os alunos no desenvolvendo a alteridade. O professor necessita inserir no seu plano de aula o ensino das relações étnicas-raciais nos conteúdos das disciplinas. (FERREIRA, 2018, p. 51)

Ao longo de sua escrita apresenta de forma a indignar-se como vem sendo passado este ensino das relações étnico-raciais e como está sendo absorvido pelos alunos em especial os alunos negros surdos que além de necessitarem que o professor tenha o bom senso em ter em seu plano esta temática, pensar como será transmitido para os alunos surdos, assim adentrar em outra problemática como a falta de conhecimento da Libras pelo professor e/ou a falta de intermediadores na sala de aula, vulgo Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.

Vedoato (2015) faz uma pesquisa no estado do Paraná envolvendo estudantes surdos e seu reconhecimento identitário enquanto surdo nas questões raciais e gênero, e o que isso corrobora para seu processo de exclusão na educação básica.

> Comparado a outras deficiências, parece que os alunos surdos têm uma condição menos precária de acesso à escola, mas quando cotejamos os dados de surdez com os de gênero e raça observamos, mais uma vez, que as condições das mulheres negras são muito precárias. Ou seja, nos índices em que a surdez, isolada, se destaca em relação a outras deficiências, o cotejamento com os dados de gênero e de raça mostram outra condição: a mulher, negra e surda está em maior desvantagem na escolarização que homens brancos com outras deficiências. (VEDOATO, 2015, p. 61)

Fica evidente nas pesquisas e entrevistas apresentadas e realizadas pela autora que é fortemente marcante a condição cor da pele e o fator gênero enquanto mulher, negra e surda para sua inserção na educação.

Os levantamentos realizados pelos autores, Kumanda (2017) e Santos (2019), destacam a trajetória enquanto surdo e suas formações específicas para exercer a docência no ensino superior. Santos (2019) com apenas um diferencial, aponta a questão do ser docente negro surdo, no tocante em suas formações e acessibilidade nas universidades.

> Acredita-se que a Lei de Cotas vem beneficiando o ingresso de estudantes negros/as surdos/as nas graduações e cursos de Letras Libras mais do que a Lei de Libras e o Decreto 5.626/05, já que os dados explicitam o fato de que a comunidade negra surda acadêmica aumentou de forma gradativa após o ano de 2012, data de sua aprovação. (SANTOS, 2019, p. 138)

Conforme citado por Santos (2019), acreditamos que a Lei de Cotas tenha contribuído para o acesso das pessoas negras surdas nas universidades, mas, foi nos anos de 2015 e 2016 que de fato as pessoas negras que compõem o público da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde somente tiveram cotas específicas como a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei de Cotas para PcD nos respectivos anos citados acima, exatamente na mesma ordem.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, a correlação entre raça e surdez carece de maior abordagem temática nas investigações em curso no âmbito da educação e das políticas afirmativas, em distintas áreas de concentração, referenciais teóricos e modalidades. A intenção primordial deste levantamento é difundir e despertar interesse relativo ao tema, bem como a premente necessidade de políticas públicas afirmativas que considerem a dupla identidade e os múltiplos processos de exclusão social, historicamente existente, da comunidade negra surda.

Evidencia-se, ao longo do texto, as políticas afirmativas iniciadas nas universidades públicas do Brasil, que corroboraram no acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público. Entretanto, é notória a ausência de políticas específicas, sendo necessário avançar na construção destas, ao lado de práticas educativas antirracistas, bem como adaptadas e acessíveis. É sabido que a acessibilidade, sendo direito de todas as pessoas, vem sendo restrita em

se tratando das pessoas negras surdas, pelo fato de existir a sobreposição de múltiplos preconceitos, raciais e linguísticos, inclusive no ensino superior público.

Desta feita, o papel de instituições como as universidades públicas e os órgãos gestores da educação coloca-se como fundamental, seja promovendo políticas afirmativas, seja incentivando e investindo em pesquisas e debates, dada a lacuna identificada no período investigado. Vislumbra-se que será possível, assim, contribuir para o debate acadêmico, fundamental para a divulgação científica do referido tema, bem como para a efetiva inclusão de públicos como a comunidade negra surda na Universidade, cujas demandas identitárias são crescentes.

CAPÍTULO 05 – SINALÁRIO ÉTNICO-RACIAL

5.1 - MESA-REDONDA - COMUNIDADE NEGRA SURDA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM DIÁLOGO SOBRE ACESSIBILIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Através da análise do *corpus*, aplicada nesta pesquisa à Comunidade Negra Surda mediante a realização da etapa anterior, foi realizado o evento "Mesa-Redonda - Comunidade Negra Surda e Educação Superior: Um Diálogo sobre Acessibilidade e Relações Étnico-Raciais", com o objetivo de discutir/refletir sobre acessibilidade das pessoas negras surdas no ensino superior público e promovendo o debate do tema dentro da UFSB.

O evento foi realizado no canal do *YouTube*[22] do Campus Paulo Freire (CPF), na cidade de Teixeira de Freitas-BA, no dia 31 de agosto de 2021 (Anexo 08). Contou com a participação dos profissionais Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, são profissionais habilitados e externos a esta instituição, que contribuíram para tornar o evento acessível. Constituíram nossa mesa-redonda os professores negros surdos, Lauana Cristina de Sousa Gadêlha (UNB), Erliandro Felix Silva (UNITAU), Roger Lineira Prestes (UFCA)

[22] https://www.youtube.com/watch?v=z1FnA7fnA9s&ab_channel=UFSB-CampusPauloFreire

e a chefe do Setor de Acessibilidade e Inclusão (SAI), Iris-Leyde Lima Vieira (UFSB).

Iris-Leyde Lima Vieira é assistente administrativa e atualmente, chefe do setor de Acessibilidade e Inclusão da UFSB. Fez uma abordagem sobre as políticas de acessibilidade e inclusão da referida instituição elencando que desde o ano de 2018, a Política de Ações Afirmativas da UFSB que prevê a reserva de vagas para ingresso de PcD em cursos de graduação da Universidade. Tal prerrogativa está descrita na Resolução nº 10/2018 (recentemente alterada pela Resolução n°12/2021), aprovada e publicada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo de deliberação da Instituição. Atualmente o setor conta com 49 estudantes registrados, destes 26 contemplados em vagas reservadas em cursos de graduação e reingresso: 14 discentes - L10 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012) e 12 discentes - L14 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012). A Universidade Federal Sul da Bahia não prevê cotas especificas para as pessoas negras surdas, público desta pesquisa, já que aparentemente entendem-se que são contemplados pelas cotas L10 e L14.

A professora Lauana Cristina de Sousa Gadêlha, é mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB); licenciada em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua pela Universidade de Brasília (UnB) e bacharela em Administração pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). Apresentou um breve histórico das pessoas negras surdas na Kendall School, no campus da Gallaudet em Washington. Além de exaltar os aspectos de sua vida acadêmica enquanto negra surda e suas dificuldades/barreiras encontradas ao ingressar no ensino superior público pelo fato de ser uma mulher negra surda.

O prof. Erliandro Felix Silva é mestrando em Linguística Aplicada na Universidade de Taubate (UNITAU), especialista em Libras pela Faculdade Futura, licenciando em Letras-Libras na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e tecnólogo em Logística e bacharelado em Administração pela Universidade Cruzeiro do Sul (UCS), é membro titular do grupo de pesquisa Ubuntu da UFSCar. Em sua fala, destacou a importância das cotas para pessoas negras e especialmente para pessoas negras surdas, favorecendo a esta comunidade a chance de chegar ao nível superior e ainda mais importante é que haja políticas públicas de permanência destes estudantes na universidade.

O prof. Roger Lineira Prestes é Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) licenciado em Letras Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente docente da Universidade Federal do Cariri (UFCA) onde atua nos cursos de Jornalismo e Letras/Libras. Coordena o Curso de Especialização em Tradução e Interpretação em Libras na Universidade Federal do Cariri (UFCA) e também o projeto de Formação de Professores Bilíngues para Surdos FNDE/MEC. Além disso, O professor foi vice presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência no estado do Rio Grande do Sul (RS), Assessor do gabinete da Deputada Federal Maria do Rosário na comissão da política Direitos Humanos, sendo coordenador do setor de Políticas Públicas e direitos da Pessoa com Deficiência e Assessor do Setor do Partido dos Trabalhadores (PT) para as Pessoas com Deficiência. O professor questionou sobre a existência de pessoas negras surdas nas universidades públicas, fazendo um paralelo pelo Censo de 2010 do quantitativo de pessoas negras e pessoas surdas existentes no Brasil. Enfatizou a nomenclatura correta a ser utilizada, negro(a) surdo(a), foi resultado de uma discussão no movimento negro surdo levantado pela professora Priscilla Leonnor, mulher negra surda. O professor finaliza questionando, se a Constituição Federal de 1988 garante direito de todos à educação, onde encontra-se o acesso à educação pela pessoa negra surda? Seguindo de outros questionamentos, onde estão os professores negros surdos universitários? onde estão os negros surdos na educação?

Este foi um tema inédito em atividade realizada no âmbito na UFSB, que é necessário ser discutido. Porém, como já mencionado anteriormente, há uma carência de pesquisas que estudem a população negra surda e o seu acesso à educação, e uma ausência de políticas afirmativas e de apoio à permanência específicas para este público. Assim, é relevante que se realizem eventos como este para que se discuta as políticas públicas que relacionem as pessoas negras surdas no que tange a temática da inclusão e das relações étnico-raciais no ensino superior público.

5.2 – VÍDEO EM LIBRAS: SINALÁRIO ÉTNICO-RACIAL

Para a operacionalização metodológica relacionada à construção do produto final – um vídeo em Libras com sinais étnico-raciais com referências a conteúdos da página oficial do PPGER - vislumbrou-se um plano de intervenção constituído por três etapas distintas, porém inter-relacionais, que incluiu um levantamento preliminar, coleta de dados e um plano de intervenção, incluindo-se um debate público virtual prévio à construção do vídeo intitulado “Mesa-Redonda - Comunidade Negra Surda e Educação Superior: Um Diálogo Sobre Acessibilidade e Relações Étnico-Raciais”, em agosto de 2021, com convidados negros surdos e, anteriormente citadas.

A análise de sinais étnico-raciais, se deu pelo processo que consistiu pelo percurso do pesquisador enquanto mestrando no PPGER e pelo processo de construção metodológica do referido produto, como por exemplo a realização da mesa-redonda mencionada acima composta por especialistas da área, desencadeando o sinalário étnico-racial, foram elencadas as seguintes palavras: Afro-indígena, Antropologia, Autodeclaração Racial, Branquitude, Burguesia, Candomblé, Capoeira, Étnico-Racial, Herança, Identidade Negra, Intercultural, Interseccionalidade , Multicultural, Nazismo, Políticas Públicas, Privilégio Branco, Raça, Racismo, Racismo Científico, Racismo Estrutural, Subalternidade Umbanda . Além da criação de um roteiro (anexo 9) para a gravação do vídeo e conteúdos postados no site da UFSB, referente à página do PPGER. Além disso, foi verificado a inexequibilidade dos programas de acessibilidade usados na referida página, indo ao desencontro a Resolução n° 07/2021 que estabelece a

como uma de suas finalidades a acessibilidade digital empregadas no site oficial da universidade mencionada. Para tanto, em 2019 foi necessário coletar informações sobre a acessibilidade digital das páginas do site oficial da UFSB com setores específicos da instituição, tais como a Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), Assessoria de Comunicação Social (ACS) e o Setor de Qualidade de Vida (SQV).

Visando a acessibilidade da página do PPGER, localizada no *site* oficial da UFSB, realizamos a gravação de um vídeo que possibilita o acesso do público desta pesquisa à referida página, pois, esta utilizava apenas o recurso VLibras, cuja tradução apresentava o português sinalizado (quando é feita a tradução palavra por palavra). Sabendo que a Libras possui suas regras gramaticais de sinalização e também porque o referido recurso não faz a tradução de arquivo *PDF*, por exemplo, justificou-se a necessidade de intervenção a fim de promover maior acessibilidade.

Nesta etapa, foram pesquisados sinais para execução das filmagens, sendo o momento de documentação digital para iniciar a construção do vídeo, que possibilitaram a tradução em Libras na página do PPGER e o processo de gravação e editoração para disponibilização pública dos mesmos. Após a gravação do vídeo, este foi inserido em uma plataforma de vídeo (*YouTube*) e posteriormente alocado no *site* do PPGER[23], que está sendo alimentado constantemente e compartilhado com a Comunidade Surda e interessados. Após a gravação do vídeo, o pesquisador alocou o mesmo em sua conta pessoal do *YouTube (https://youtu.be/WL8PmezoXpw)* para posteriormente serem compartilhados.

A publicação deste vídeo, além de promover a acessibilidade aos negros surdos às informações postadas nesta página, também contribui para o desenvolvimento da competência linguística deste sujeito, ao apresentar novos sinais.

[23] https://ufsb.edu.br/ppger/

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou as políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil. Como metodologia é utilizada a pesquisa bibliográfica para a identificação de pesquisas e teóricos que tematizam a interseccionalidade da pessoa negra surda e sua representatividade na sociedade perante o marcador de identificação inicial. No levantamento bibliográfico das pesquisas efetuadas no país, entre os anos de 2012 e 2019, foi priorizado o marcador de acessibilidade das pessoas negras surdas no ensino superior público, visando identificar as políticas existentes e as discussões acerca da dupla identidade.

As pesquisas aqui, apresentadas (Buzar, 2012; Furtado, 2012; Vedoato, 2015; Kumanda, 2017; Ferreira, 2018; Laudino, 2019 e Santos, 2019), até o momento, não tiveram prosseguimento a exploração dos dados em outro nível de pesquisa. Assim, concluo que a correlação entre raça e surdez podem ser mais pesquisadas nas produções acadêmicas brasileiras em distintas áreas de concentração, referenciais teóricos e modalidades. Cuja intenção primordial deste levantamento é despertar interesse relativo ao tema, bem como a premente necessidade de políticas públicas específicas antirracistas.

Fica evidente neste levantamento bibliográfico o quão desafiador realizar um mapeamento de produções acadêmicas da área, pois, mostra as poucas pesquisas, mesmo que o objeto seja constituído pela surdez e raça. Tentou de certa forma, ampliar e divulgar pesquisas em sua área, que pode acarretar mais estudos atualizados e/ou recentes. Contudo, é fundamental se debruçar para conhecer o que já foi realizado ou produzido, assim, novos estudos acarretarão o enriquecimento nesse campo com pesquisas bem mais afinco e detalhados em se tratando do ponto de vista metodológico e teórico.

Empregando a coleta de dados com 07 (sete) participantes, todos autodeclarados negros surdos, através de um questionário elaborado no *Google Forms,* verificamos que em quase sua totalidade das respostas dadas almejam

por políticas públicas que atendam a comunidade negra surda como tal, respeitando suas especificidades enquanto negros e surdos. Além disso, percebemos que o *Google Forms*, apesar das perguntas estarem traduzidas em Libras, os voluntários não conseguiram desenvolver suas respostas ou não chegou a respondê-las devido no referido questionário não ter um espaço específico para que as pessoas surdas alocassem vídeos sinalizando em Libras, sua língua materna e por outro lado foram deparados a usarem a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, sabendo que estes não dominam a escrita de sua segunda língua envolvendo neste caso um longo processo histórico causado pelo audismo[24]. Acreditamos que este fator também interferiu na adesão de participantes nesta etapa de levantamento.

É evidenciado nas leituras, as políticas públicas existentes nas universidades públicas do Brasil que corroboram no acesso das pessoas com deficiência e negras no ensino superior, ainda que enfrentem o racismo, a discriminação, o preconceito e o capacitismo também no contexto social de uma forma geral. Não foi encontrada políticas públicas que abarquem as pessoas negras surdas. É sabido que a acessibilidade, sendo direito de todas as pessoas, vem sendo restrita em se tratando das pessoas negras surdas, pelo fato de existir a sobreposição de diversos e múltiplos preconceitos, raciais e linguísticos.

Acreditamos que considerações destas que são utópicas, e que possivelmente isso não aconteça de forma geral, mas, de todo modo, pensamos que é de mais valia realizar pesquisas relacionadas aos estudos culturais que podem colaborar, para o início de um novo rumo, tendo os sujeitos, tido como diferentes, passando a ser vistos com outros olhares ou com um olhar mais humanizado(r).

Contudo, em uma abrangência geral, não destacando apenas a surdez, a inclusão e acessibilidade das PcDs e dos negros no ensino superior, é atual. Desta forma, o papel das instituições, que por sua vez, possui tamanha

[24] É um conceito proposto pelo pesquisador Carlos Skliar no que se refere a pessoas falantes/ouvintes.

responsabilidade para com a sociedade, quanto às qualificações dos cidadãos para conhecimento acerca das temáticas, repensar estratégias, investir nas pesquisas que contribuem no maior esclarecimento dos obstáculos e para a criação de contextos que beneficiam as metodologias de inclusão e acessibilidade destes sujeitos.

Chegamos ao final do mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais com o cheirinho de missão cumprida, com a aquisição de conhecimento pessoal e acadêmico, repleto de reflexões e produções. A temática escolhida para concretização desta pesquisa, sabíamos que seria necessário debruçar nos estudos negros surdos além da educação de surdos e da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Como resultado, chegamos a um campo que demandava de outras pesquisas para ser construído. A interseccionalidade pesquisada por poucos que abarcando a surdez e as relações étnico-raciais, não foi uma tarefa tão fácil, somando a isso, o fato de sermos brancos e ouvintes, tornou a escolha um tanto quanto ousada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BALL, S. J.; BOWE, R. **Subject departments and the 'implementation' of NationalCurriculum policy:** an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, v. 24, n. 2,p. 97-115, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, Presidência da República, Lei Nº10. 436, de 24 de abril de 2002. **Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

BRASIL, Presidência da República, Decreto N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, **que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 10 de mai. de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.319 de 1 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em 16 mai. 2020.

BRASIL. Lei N° 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 06. out. 2021.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 24 mai 2020.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico 2000: **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. ISSN 0104-3145. Censo

demogr. Rio de Janeiro, p.1-215, 2000. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2000_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 03 de mai. de 2020.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico 2000: **Características Gerais da População negra**. ISSN 0104-3145. Censo demogr. Rio de Janeiro, p.1-215, 2000. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2000_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 03 de mai. de 2020.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. ISSN 0104-3145. Censo demogr. Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 03 de mai. de 2020.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico 2010: **Características Gerais da População negra**. ISSN 0104-3145. Censo demogr. Rio de Janeiro, p.1-215, 2000. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 03 de mai. de 2020.

BRASIL. INEP. Censo da Educação Superior 2018: **Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>. Acesso em 03 de mai. de 2020.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís - MA**. 2012. 155 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CAPOVILLA, F. C., & Raphael, W. D. (2008). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira** (3a ed., Vol. II: sinais de M a Z). São Paulo, SP:Edusp.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlè (2002). **“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”**. Revista de Estudos Feministas, v. 7, n. 12, p. 171-88.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O ensino de relações étnico-raciais nos percursos de escolarização de negros surdos na educação básica,** 1. Educação de surdos. 2. Escolarização de negros surdos. 3. Relações étnicoraciais. 4. Estudos culturais. 5. Narrativas. I. Eugênio, Benedito G. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino - PPGEn, 2018.

FERNANDES, F. **Existe uma Crise da Democracia no Brasil? Conferência pronunciada no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política no Ministério da Educação** em 28/06/1954.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Identidades e diferenças em narrativas de surdos negros**. Anais Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.

GARCIA, Barbara Gerner de. **O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e relevância da diversidade para a educação dos surdos.** In SKLIAR, Carlos (org). Atualidades da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre/RS: Mediação, 1999. 2vol. (p.149 – 162).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Nilma Lino.Trajetórias **escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n.21, pp. 40-51.

GOOGLE. **Introducing Google Drive**… yes, really. 2012. Disponível em: <https://googleblog.blogspot.com.br/2012/04/introducing-google-drive-yes-really.html>. Acesso em: 18 Jun. 2020.

GROSSI, Ione de Souza. **Mina de Morro velho: a extração do homem, uma história, uma experiência operária.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HALL.Stuart.(1996) Edited by David Morley and Kuan-Hsing Chen. **Critical Dialogues in Cultural Studies,** London and New York.

HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque; OLIVEIRA, Ângelo Mozart Medeiros de; VEIT, Eliane Angela**. Ferramentas online no ensino de ciências: uma proposta com o Google Docs. Física na escola.** São Paulo. v. 11, n. 2, 2010, p. 30-33.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil.** In: TEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

LORDE, Audre. **I am your sister**. Oxford University Press, 2009.

PERLIN, Gladis. **A cultura surda e os intérpretes de Língua de sinais.** Disponívelem:http://www.ava5.uneb.br/file.php/34/Textos_Complementares/A_CULTURA_SURDA. Acesso em: 29 de agosto de 2013.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis e QUADROS de Muller Ronice (organizadoras). **Estudos Surdos II** / – Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007, pág.30).

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Temas & Educação; 5).

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr.2006.

MALACHIAS, Rosangela. **INTERFACE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.** In: A LAIC Revista Latinoamericana de las Ciências de lá Comunicación,N° 14 V. 28 (2017). Disponível em <http://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/923/464> acesso em 10 de abril de 2020.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Viviane Marques. **Surdez e racialidade: identidades em diálogo no espaço escolar?** Revista da Fundarte, Montenegro, ano 17, n. 33, p.39-69, jul/dez. 2017.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada**, 2008.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro. Tese (Doutorado em Psicologia).** Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, George W. de Bessa; JACINSKI, Lucas. **Desenvolvimento de um questionário para coleta e análise de dados de uma pesquisa, em substituição ao modelo Google Forms.** 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura,** vol. 11, nº 2, Goiânia, 2008, pp.263 - 274.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, **L. Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** Campinas: Pontes, 2011.

RAMPELOTTO, Elisane Maria. **O Processo e o Produto na Educação de Surdos.** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria, Curso de Pós-Graduação, UFSM, 1993.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Aspectos Jurídicos da Autonomia Universitária no Brasil.** In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. Ensino Superior: Conceito & Dinâmica. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 1-26. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/observatorios/ensinosuperior>.Acesso em: 07 out. 2021.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky – **uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petropólis, Vozes 2009.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Kátia Faria de - **Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino.** Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas em Psicologia 2010.

ROSA, Emiliana Faria. **Identidades Surdas: o identificar do surdo na sociedade**. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. Um Olhar sobre nós surdos – Leituras contemporâneas. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SANTOS, Rhaul de Lemos. **Negros/as Surdos/as no Ensino Superior: Mapeando Cursos de Graduação de Letras Libras** 2019. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2019.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **O memorial no espaço da formação acadêmica: (re)construção do vivido e da identidade.** In: Perspectiva, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 601-624, jul/dez 2010.

SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

SKLIAR, Carlos. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos.** In: SKLIAR, C. (org.). Educação e Exclusão. Porto Alegre:Mediação, 1997.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da LIBRAS.Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial.** Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

STROBEL, Karin. **As Imagens do outro sobre a Cultura Surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

THEODORO, Mário (org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. Conselho Universitário. **Resolução nº 07/2021, de 05 de maio de 2021** Estabelece a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Sul da Bahia. Itabuna: Conselho Universitário, 2021. Disponível em: https://ufsb.edu.br/images/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_07-_Estabelece_a_Pol%C3%ADtica_de_Acessibilidade_e_Inclus%C3%A3o_da_UFSB.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

VEDOATO, Sandra C. M. **Relações entre surdez, raça e gênero no processo de escolarização de alunos surdos do Paraná**. Dissertação (mestrado em Educação). Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2015.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silêncio.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2004. (Coleção Cultura e Diversidade)

VYGOTSKY, Lev Semenovictch. **Pensamento e Linguagem.** Tradução Jeferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Neto – São Paulo: Martins Fontes, 1993. – (Psicologia e Pedagogia) Guido Irineu Engel,Pesquisa-ação. *Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR 181.*

WODAK, Ruth. **Análisis critico del discurso.** In. VAN DIJK, T. A.(compilador). El discurso como interación social. Estudios del discurso: Introducción Multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

ANEXOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CPF

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 3/2020 - CLICN-PF (11.06)
(Identificador: 202015170)

Nº do Protocolo: 23746.001566/2020-42

Itabuna-BA, 27 de Março de 2020.

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

CC:
SETOR DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Título: Consulta sobre possibilidade de acessibilidade no portal da UFSB

Prezado Pró-Reitor,

Por meio deste, venho realizar consulta sobre a possibilidade de inserção de recurso de acessibilidade e inclusão mais eficaz, no tocante ao indivíduo surdo, no portal institucional da UFSB.

A consulta se justifica a partir das legislações vigentes sobre o tema, em geral, mas também, especificamente, a partir de problema de pesquisa delineado em investigação de Mestrado Profissional em Ensino em andamento, que estamos realizando no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) sobre o tema " O Sujeito Surdo Negro, Subalterno Sem Voz No Espaço Universitário".

Para que aconteça a inclusão propriamente dita às pessoas surdas no ambiente acadêmico é preciso inicialmente e fundamentalmente uma reestruturação nas políticas públicas, com o comprometimento de governos e instituições, pois a falta de acessibilidade leva ao “ofuscamento” da Comunidade Surda perante estruturas planejadas majoritariamente ouvintista.

Assim, visando atender à necessidade de recursos, propomos a inserção de "vídeos em Libras" no site oficial da UFSB, sendo esse um produto final proposto na referida pesquisa, que visa a tradução em Libras de Editais, Resoluções, Portarias e outros documentos produzidos pela Instituição, pois o aplicativo disponibilizado no site oficial desta instituição, conhecido como VLibras, disponibiliza apenas a tradução para Libras nos textos da página. Não realiza as

traduções de documentos anexados (como os citados acima em formato PDF, por exemplo). Desta forma, a acessibilidade linguística do indivíduo surdo não é contemplada. Por serem pessoas muito visuais (sua língua é visual-espacial), os sujeitos surdos, geralmente, acessam os conteúdos em formato de vídeo em Libras.

Ressaltamos que a instituição conta com dois (02) técnicos em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa que poderiam desenvolver as traduções em vídeo e sugerimos que o trabalho de tradução dos textos se iniciem por Portarias e Resoluções recentes, de forma a atender a acessibilidade e inclusão de pessoas surdas negras à instituição.

A implantação de vídeos em Libras integra as políticas de inclusão social e diversidade da UFSB e responde ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto 5.626/2005.

Diante do exposto, consultamos esta Pró-Reitoria no intuito de verificar a viabilidade da inserção dos referidos recursos no portal da UFSB.

Agradecemos, antecipadamente, e nos colocamos à disposição no que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Jaqson Alves Santos
Docente na UFSB - Professor de Libras e Educação Inclusiva
Mestrando - PPGER/UFSB - sob orientação da Prof.ª Drª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

(Autenticado em 27/03/2020 15:48)
JAQSON ALVES SANTOS
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
Matrícula: 3083179

Para verificar a autenticidade deste documento entre em **https://sig.ufsb.edu.br/documentos/** informando seu número: **3**, ano: **2020**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **27/03/2020** e o código de verificação: **8d9645ae69**

Copyright 2007 - Pró-Reitoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 6/2020 - PROTIC (11.01.01)
(Identificador: 202015174)

Nº do Protocolo: 23746.001577/2020-36

Itabuna-BA, 30 de Março de 2020.

COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CPF

Título: RE.: Consulta sobre possibilidade de acessibilidade no portal da UFSB

Caro Prof. Jaqson,

as demandas legais de atendimento às pessoas surdas estão sendo tratadas pela Protic. No presente momento estamos fazendo um grande esforço de atualização de nossas plataformas para estarem em versão compatível com a UFRN e, desse modo, podem utilizar-se do VLibras, da mesma forma que o portal da UFRN o faz (**https://ufrn.br/**).

Em relação aos conteúdos das páginas do Portal da UFSB, legislação, portarias, resoluções, entre outras coisas, informo que o órgão institucional responsável pelo conteúdo é a Acessoria de Comunicação Social (ACS) e não a Protic, que operacionaliza as ações de tecnologia necessárias para o funcionamento do Portal. Considero muito interessantes as propostas colocadas, mas penso que a ACS, juntamente com as Coordenações dos Campi (a quem os intérpretes estão vinculados) devem fazer um trabalho articulado para que a tradução dos documentos institucionais possam funcionar.

Coloco-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,
Fabricio

(Autenticado em 30/03/2020 09:36)
FABRICIO LUCHESI FORGERINI
PRO-REITOR(A) - TITULAR
Matrícula: 1623837

Copyright 2007 - Pró-Reitoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CPF

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 8/2020 - CLICN-PF (11.06)
(Identificador: 202016424)

Nº do Protocolo: 23746.005172/2020-68

Itabuna-BA, 08 de Setembro de 2020.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CC:
COORDENAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

Título: Consulta sobre possibilidade de acessibilidade no portal da UFSB

Prezados(as),

por meio deste, venho realizar consulta sobre a possibilidade de inserção de recurso de acessibilidade e inclusão mais eficaz, no tocante ao indivíduo surdo, no portal institucional da UFSB.

A consulta se justifica a partir das legislações vigentes sobre o tema, em geral, mas também, especificamente, a partir de problema de pesquisa delineado em investigação de Mestrado Profissional em Ensino em andamento, que estamos realizando no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) sobre o tema " O Sujeito Surdo Negro, Subalterno Sem Voz No Espaço Universitário".

Para que aconteça a inclusão propriamente dita às pessoas surdas no ambiente acadêmico é preciso inicialmente e fundamentalmente uma reestruturação nas políticas públicas, com o comprometimento de governos e instituições, pois a falta de acessibilidade leva ao “ofuscamento” da Comunidade Surda perante estruturas planejadas majoritariamente ouvintista.

Assim, visando atender à necessidade de recursos, propomos a inserção de “vídeos em Libras” no site oficial da UFSB, sendo esse um produto final proposto na referida pesquisa, que visa a tradução em Libras de Editais, Resoluções, Portarias e outros documentos produzidos pela Instituição, pois o aplicativo disponibilizado no site oficial desta instituição, conhecido como VLibras, disponibiliza apenas a tradução para Libras nos textos da página. Não realiza as traduções de documentos anexados (como os citados acima em formato PDF, por exemplo). Desta forma, a acessibilidade linguística do indivíduo surdo não é contemplada. Por serem pessoas muito visuais (sua língua é visual-espacial), os sujeitos surdos, geralmente, acessam os conteúdos em formato de vídeo em Libras.

Ressaltamos que a instituição conta com dois (02) técnicos em Tradução Interpretação de Libras/Língua Portuguesa que poderiam desenvolver as traduções em vídeo e sugerimos que o trabalho de tradução dos textos se iniciem por Portarias e Resoluções recentes, de forma a atender a acessibilidade e inclusão de pessoas surdas negras à instituição.

A implantação de vídeos em Libras integra as políticas de inclusão social e diversidade da UFSB e responde ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei n° 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n° 5.626/2005.

Diante do exposto, consultamos esta ACS no intuito de verificar a viabilidade da inserção dos referidos recursos no portal da UFSB.

Agradecemos, antecipadamente, e nos colocamos à disposição no que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Jaqson Alves Santos
Docente na UFSB - Professor de Libras e Educação Inclusiva
Mestrando - PPGER/UFSB - sob orientação da Prof.ª Dr.ª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira

(Autenticado em 08/09/2020 19:05)
JAQSON ALVES SANTOS
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
Matrícula: 3083179

Para verificar a autenticidade deste documento entre em **https://sig.ufsb.edu.br/documentos/** informando seu número: **8**, ano: **2020**, tipo: **MEMORANDO ELETRÔNICO**, data de emissão: **08/09/2020** e o código de verificação: **44610c5d1d**

Copyright 2007 - Pró-Reitoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 18/2020 - ASCOM (11.01.13)
(Identificador: 202016529)

Nº do Protocolo: 23746.005543/2020-42

Itabuna-BA, 21 de Setembro de 2020.

COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CPF

Título: RE.: Consulta sobre possibilidade de acessibilidade no portal da UFSB

Prezado Prof. Jaqson,
Ao cumprimentá-lo, salientamos que a demanda ora apresentada depende de ação mais ampla e conjunta da ACS com outros dois setores da instituição, a saber: Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (por meio do Plano de Promoção de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência da UFSB) e Pró-Reitoria de Informação e Comunicação (por meio de desenvolvimento de interfaces para a web - portal).
Ressaltamos que a ACS é a instância final do processo: nosso trabalho é criar estratégias de visibilidade ao conteúdo acessível produzido pelo setor responsável. A ACS não dispõe de servidores(as) especializados para produzir esse material, mas pode auxiliar nas demandas, especialmente no que tange à publicação nos canais oficiais da instituição
A adaptação do portal para atender às demandas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência será realizado em etapas conforme o referido Plano (sob responsabilidade da Proaf), conforme cronograma indicado no PDI 2020-2024.
Ciente de ter respondido sua dúvida, ficamos à disposição caso haja novos questionamentos.

(Autenticado em 21/09/2020 15:00)
JOSELINE PIPPI
ASSESSOR - TITULAR
Matrícula: 1552759

Copyright 2007 - Pró-Reitoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
COORDENAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 8/2020 - CQV (11.01.02.02.01)
(Identificador: 202016770)

Nº do Protocolo: 23746.006289/2020-76

Itabuna-BA, 22 de Outubro de 2020.

COLEGIADO DA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DA NATUREZA - CPF

Título: RE.: Consulta sobre possibilidade de acessibilidade no portal da UFSB

Prezado prof. Jaqson,

Primeiramente, parabenizamos pelo belo tema de pesquisa. De fato, o caminho para que as nossas mídias digitais sejam completamente acessíveis ainda é longo, mas não impossível. Reconhecemos a importância e necessidade de ações como essa e nos colocamos à disposição para colaborar.

Contudo, considerando que para a efetivação da proposta é necessário envolvimento de outros setores além do Setor de Acessibilidade e Inclusão e da Coordenação de Qualidade de Vida, sugerimos reunião ampliada junto aos intérpretes de libras, Assessoria de Comunicação (ACS) e representante da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), a fim de que seja possível discussões mais aprofundadas sobre o assunto e levantamento de estratégias de metodologia compartilhadas para operacionalização.

Ratificamos a nossa disposição para colaborar com o que estiver ao nosso alcance.

Atenciosamente,

(Autenticado em 22/10/2020 18:02)
CAMILA CALHAU ANDRADE REIS
COORDENADOR - TITULAR
Matrícula: 1209884

Copyright 2007 - Pró-Reitoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - UFSB

QUESTIONÁRIO REALIZADO PELO PARTICIPANTE DESTA PESQUI

Perguntas Respostas 7 Configurações

PESQUISA - Políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil

CONVITE

O presente formulário online, elaborado em fevereiro de 2021, destina-se a convidar pessoas negras surdas a responderem perguntas, participando voluntariamente, relacionadas a uma pesquisa de mestrado em andamento na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), que tem como objetivo investigar o tema do acesso desse grupo ao ensino superior público no Brasil. Caso haja concordância em participar, pedimos, por favor, que responda às perguntas que seguirão até o dia 30/04/2021. Agradecemos, antecipadamente, e informamos a garantia do anonimato na análise das respostas, disponibilizando também nossos contatos ao final do Termo de Consentimento que segue.

Convidamos você para participar voluntariamente da pesquisa intitulada "Políticas Públicas de Acesso das Pessoas Negras Surdas ao Ensino Superior Público no Brasil", realizada pelo pesquisador mestrando Jaqson Alves Santos, com orientação da Profa Dra Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da UFSB. O formulário, que seguirá, é composto por 03 partes: 1ª) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ; 2ª) Dados Gerais; 3ª) Perguntas Sobre o Tema da Pesquisa de Mestrado.

1° PARTE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

1. Esta pesquisa pretende obter dados que possam subsidiar a análise relacionada ao acesso e participação de pessoas negras surdas no ensino superior público. Sua participação é voluntária, gratuita e se dará por meio de amostragem derivada de questionário online, garantindo-se o anonimato. Você não terá custos ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada em nenhum momento, uma vez que será guardada em sigilo.

2. Não há riscos objetivos na sua participação. Essa pesquisa será conduzida por meio de questionários que não oferecem riscos a sua integridade física, mas entende-se que, por envolver questões subjetivas, relacionadas ao modo como você aprecia o tema, aos outros e seu entorno, poderá provocar algum desconforto em relação ao tempo exigido para respondê-lo virtualmente (em torno de 10 minutos) ou, ainda, no âmbito das emoções. Por isso, você tem plena liberdade de se recusar a respondê-lo e a participar do estudo. Além disso, mesmo aceitando participar, pode se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, abandonando o preenchimento do formulário, sem qualquer prejuízo pessoal, advindo do pesquisador ou dos locais onde trabalha ou estuda. O pesquisador se disponibiliza a prestar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas ou dificuldades advindas da participação nessa pesquisa. As informações que você vier ao preencher serão mantidas em absoluto sigilo, de modo que somente o pesquisador e sua orientadora terá acesso a elas, e sua identidade e privacidade serão preservadas, uma vez que você não precisará se identificar para preencher os questionários.

3. Caso ocorra algum desdobramento negativo em sua participação, será possível amenizar os riscos e contar com encaminhamento profissional às redes de atenção psicossocial da rede municipal.

4. Se você aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para a análise e compreensão social e educativa sobre os fatores que contribuem ou não para o acesso e participação de pessoas negras surdas no ensino superior público brasileiro. Se depois de consentir a sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua

prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021. Por favor, informe um e-mail ou telefone na pergunta que seguirá, para que possamos lhe comunicar futuramente sobre a data, horário e local, caso deseje acompanhar o momento da defesa da pesquisa.

Para qualquer outra informação ou dúvida sobre a presente pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador e/ou com sua orientadora. Agradecemos e nos colocamos inteiramente à disposição.

Jaqson Alves Santos
E-mail: jaqsonalves@gmail.com
Telefone: (77) 99165-3389

Profa Dra Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Atenção: O presente formulário se destina a pessoas negras surdas convidadas pelo pesquisador Jaqson Alves Santos e se constitui em um questionário com perguntas que visam subsidiar a pesquisa de mestrado em andamento intitulada “Políticas Públicas de Acesso das Pessoas Negras Surdas ao Ensino Superior Público no Brasil”, sob orientação da prof.ª Dr.ª Carolina Bessa no âmbito da UFSB/PPGER. Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos, que se constituem como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Seu conteúdo descreve o objetivo, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do questionário de pesquisa a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

CONVITE

Declaro estar ciente do Termo acima e de que entendo os objetivos e procedimentos decorrentes da participação na pesquisa de mestrado "Políticas Públicas de Acesso das Pessoas Negras Surdas ao Ensino Superior Público no Brasil" e aceito participar. *

- ( ) Concordo
- ( ) Discordo

2ª PARTE – DADOS GERAIS

2ª PARTE – DADOS GERAIS

As perguntas a seguir tem como objetivo conhecer o perfil social das participantes da pesquisa.

Escolaridade:

Escolaridade: *

- Não possui escolaridade formal
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Superior completo

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outros…

Profissão:

Profissão: *

Texto de resposta curta

Idade:

Idade: *

Texto de resposta curta

Cidade/Estado de residência:

Cidade/Estado de residência: *

Texto de resposta curta

Autodeclaração racial:

Autodeclaração racial: *

- Preto
- Pardo
- Branco
- Indígena
- Amarelo
- Outros…

Sexo:

Sexo: *

- Feminino
- Masculino
- Outros...

3ª PARTE - PERGUNTAS SOBRE O TEMA DA PESQUISA DE MESTRADO

3ª PARTE - PERGUNTAS SOBRE O TEMA DA PESQUISA DE MESTRADO

As perguntas a seguir tem como objetivo realizar o levantamento de dados sobre o acesso de pessoas negras surdas ao ensino superior público no Brasil.

Na sua opinião, como se encontra caracterizada a situação social das pessoas negras surdas no Brasil e como você percebe tal situação?

Na sua opinião, como se encontra caracterizada a situação social das pessoas negras surdas no Brasil e como você percebe tal situação? *

Texto de resposta longa

Caso você tenha cursado ou esteja cursando ensino superior em uma instituição pública, responda: seu acesso ao ensino superior público se deu por cotas/ações afirmativas?

Caso você tenha cursado ou esteja cursando ensino superior em uma instituição pública, responda: seu acesso ao ensino superior público se deu por cotas/ações afirmativas?

- ◯ Sim, pela cota para Pessoas com Deficiência.
- ◯ Sim, pela cota para Pessoas autodeclaradas negras.
- ◯ Não.
- ◯ Outros...

Você acredita na contribuição das políticas públicas (Lei nº 13.146/2015: Institui a Lei Brasileira de

acesso ao nível de superior público às pessoas negras surdas?

Você acredita na contribuição das políticas públicas (Lei n° 13.146/2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei n° 12.711/2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências) de acesso ao nível de superior público às pessoas negras surdas? *

Texto de resposta longa

Em sua visão, a divulgação das políticas públicas realizadas pelas instituições de ensino superior públicas, voltadas para pessoas negras e/ou surdas, são realizadas de forma ampla e acessível?

Em sua visão, a divulgação das políticas públicas realizadas pelas instituições de ensino superior públicas, voltadas para pessoas negras e/ou surdas, são realizadas de forma ampla e acessível? *

Texto de resposta longa

Caso esteja cursando o ensino superior, por favor cite mudanças ocorridas em sua trajetória pessoal, educacional e profissional a partir de então. Se não teve acesso ao ensino superior, cite as mudanças que acredita que ocorreriam.

Caso esteja cursando o ensino superior, por favor cite mudanças ocorridas em sua trajetória pessoal, educacional e profissional a partir de então. Se não teve acesso ao ensino superior, cite as mudanças que acredita que ocorreriam. *

Texto de resposta longa

Caso esteja cursando o ensino superior, como você avalia as políticas de permanência da Instituição voltadas às pessoas negras surdas?

Caso esteja cursando o ensino superior, como você avalia as políticas de permanência da Instituição voltadas às pessoas negras surdas?

Texto de resposta longa

Abaixo, disponibilizamos espaço adicional para outros comentários que deseje fazer em relação ao tema da pesquisa. Agradecemos!

Abaixo, disponibilizamos espaço adicional para outros comentários que deseje fazer em relação ao tema da pesquisa. Agradecemos!

Texto de resposta longa

QUESTIONÁRIO REALIZADO PELO PARTICIPANTE DESTA PESQUI

Perguntas Respostas 7 Configurações

7 respostas

Não está aceitando respostas

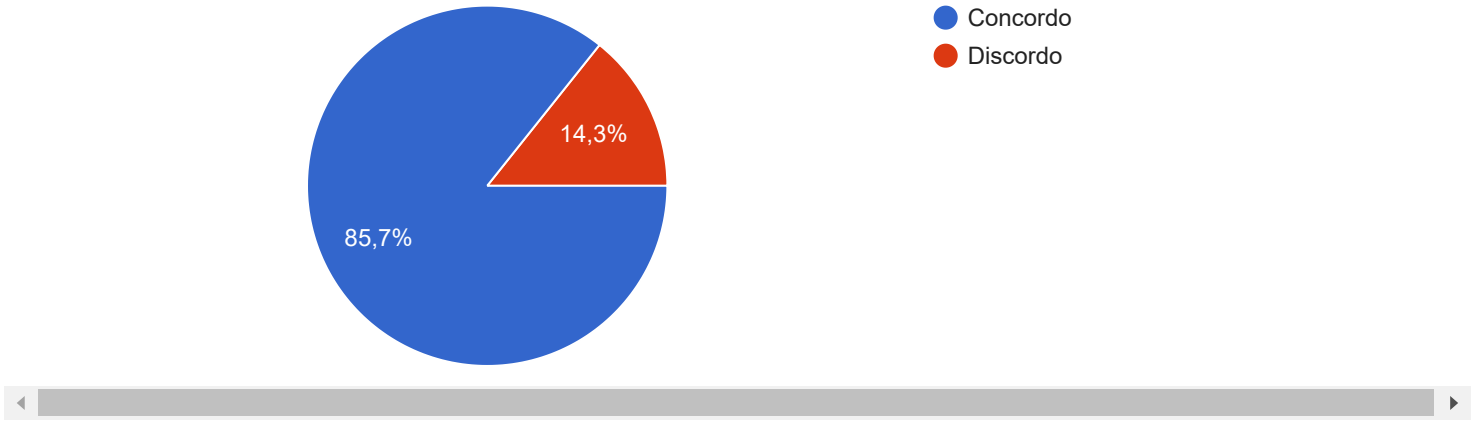
Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

Resumo Pergunta Individual

Declaro estar ciente do Termo acima e de que entendo os objetivos e procedimentos decorrentes da participação na pesquisa de mestrado "Políticas Públicas de Acesso das Pessoas Negras Surdas ao Ensino Superior Público no Brasil" e aceito participar.

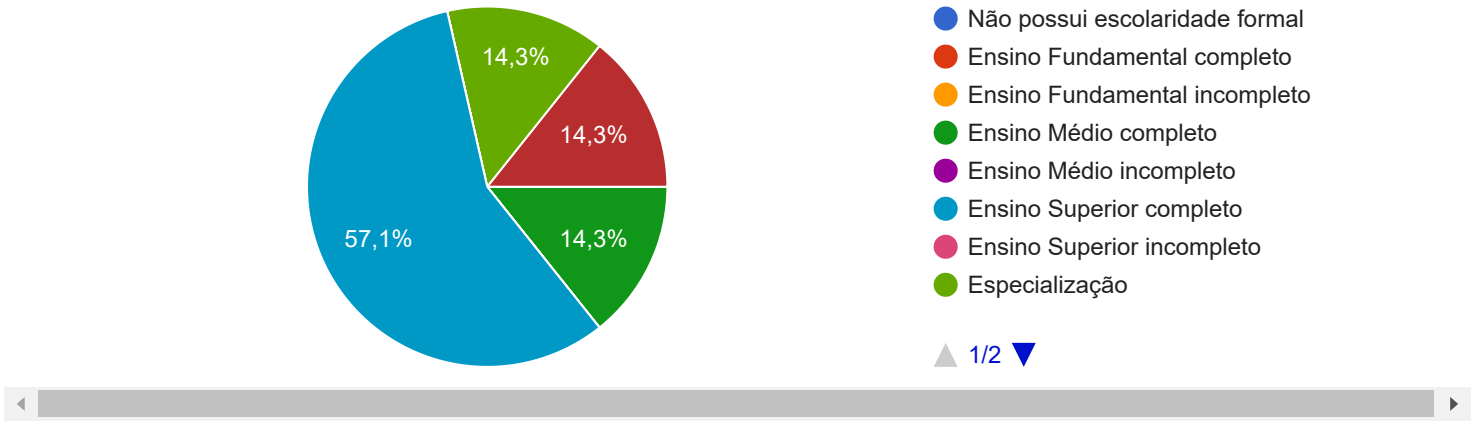
7 respostas



2ª PARTE – DADOS GERAIS

Escolaridade:

7 respostas



Profissão:

7 respostas

Estudante

Pedagigia

estudante

Desempregado

Professora

AUXILIAR DE FARMACIA

Professora

Idade:

7 respostas

33 anos

32anos

29

35

34

47

44

Cidade/Estado de residência:

7 respostas

Barra do Choça/BA

Teixeira de Freitas

Itapecerica - MG

Sete Lagoas MG

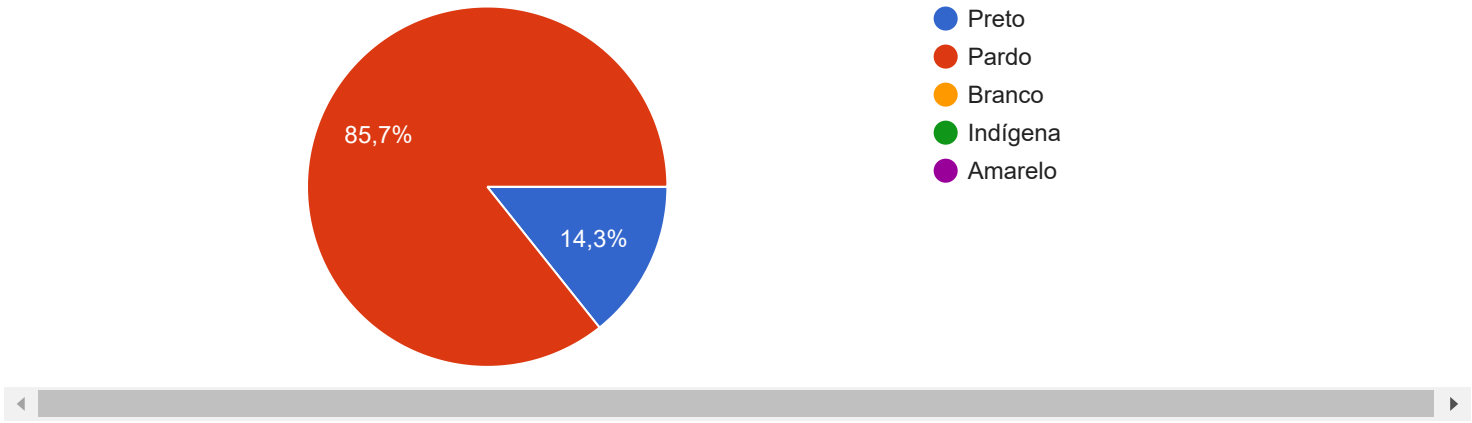
Brasília

Brasília

Novo Gama/GO

Autodeclaração racial:

7 respostas



Sexo:

7 respostas

3ª PARTE - PERGUNTAS SOBRE O TEMA DA PESQUISA DE MESTRADO

Na sua opinião, como se encontra caracterizada a situação social das pessoas negras surdas no Brasil e como você percebe tal situação?

7 respostas

Sim, percebi que precisa pessoas negras surdas porque direito para negras surdas na Brasil.

Cultura de surdo nerga igual Normal

Percebi maioria pessoas negras participar a slam e poesia . . . Não visto ensino superior pouco

Não percebeu

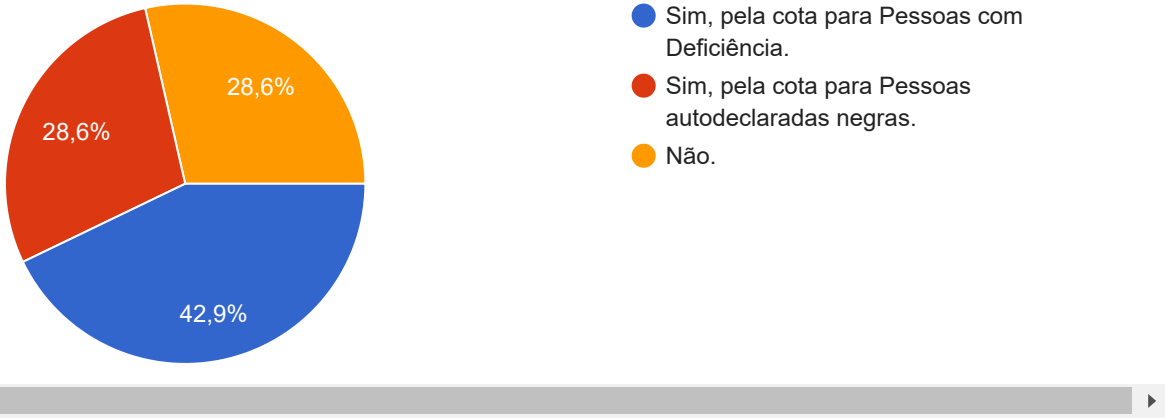
Sou negra surda, vida parece quase difícil

A comunidade pela situação social pelas pessoas surdas negras encontra-se marcada por vulnerabilidades específicas e pela discriminação interseccional, experimentadas tanto na escola quanto no contexto social em geral.

Minha opinião respeita pessoas negras surdas, é igualdade todos.

Caso você tenha cursado ou esteja cursando ensino superior em uma instituição pública, responda: seu acesso ao ensino superior público se deu por cotas/ações afirmativas?

7 respostas



Você acredita na contribuição das políticas públicas (Lei n° 13.146/2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Lei n° 12.711/2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências) de acesso ao nível de superior público às pessoas negras surdas?

7 respostas

Não sei responder

Sim, falto cria Que colocar de pessoas negras surdas para leis todos que sociadade para deficiência.

Sim lei igual nerga informações importante foco união

Não conheço muito bem a Lei

Acho, não tem lei inclusão, só tem deficiências

Não

Em sua visão, a divulgação das políticas públicas realizadas pelas instituições de ensino superior públicas, voltadas para pessoas negras e/ou surdas, são realizadas de forma ampla e acessível?

7 respostas

Todos que interesse negras surdas porque não quero sofrendo se futuro para superior pública então que visão para informação que foco para pessoas negras surdas.

Preconceito não nunca amo negre

SIM! é muito importante e accessível para a negra

Não sei responder

Sim tem acessível pra surda, mas não tem negros surdos

Ser a pessoa negra, não só no ambiente de trabalho, mas em diversos outros, tais como os de estudo, aperfeiçoamento e vivência, te torna alguém que sabe da necessidade de ter uma postura séria.

Importante tem acessibilidade

Caso esteja cursando o ensino superior, por favor cite mudanças ocorridas em sua trajetória pessoal, educacional e profissional a partir de então. Se não teve acesso ao ensino superior, cite as mudanças que acredita que ocorreriam.

7 respostas

Dúvido se curso mudar tem mas pensar como ?

Premeira aprender importante língua brasileira de sinais libras negre

não sei responda ...foi relfetir a boa perguntar

Não sei responder

Sim acredito pode ser mudança

Movimento estudantil criticava o funcionamento do ensino superior, destacadamente a ausência da realização de pesquisa no interior das universidades. Foi neste contexto que os governos militares introduziram reformas educacionais no ensino superior, com o objetivo de ajustá-lo às necessidades do desenvolvimentismo brasileiro.

Precisa ter acesso

Caso esteja cursando o ensino superior, como você avalia as políticas de permanência da Instituição voltadas às pessoas negras surdas?

7 respostas

Verdade, e curso de faculdade e mais difícil que pessoa negra surda precisa acadêmia de instituição.

Surdo Negro obecede respeito não quero polícia

cursando ensino superior estão poucos . Falta de divulgar as informação sobre assunto

Não sei responder

Sim precisa Instituto colocaram pessoa negras surdos, porque cota e mais deficiência

O aumento do número de pessoas negras nas universidades “é importante em todas as dimensões da vida social.”

Sim

Abaixo, disponibilizamos espaço adicional para outros comentários que deseje fazer em relação ao tema da pesquisa. Agradecemos!

7 respostas

Acadêmia de pessoas negras surdas!

Bruno surdo sozinho não tudos união foco amor informações brasil muito obrigado por Blz

Parabéns a sua pesquisa!! a tema é muito importante

Tenho interesse sobre negros surdos, mas não sei responder questão falta que informar sobre ele. Muito obrigada

Tbm agradeço, é importante seu pesquisar sobre negras surdos é importante, pq diminuiu contra preconceito

É refletir a presença e permanência de profissionais negras nas instituições e compartilhar experiências realizadas em universidades, trazendo a desconstrução de práticas artísticas, curatoriais e educativas estruturalmente predominantes e a ressignificação das narrativas oficiais.

A pesquisa foi importante, minha opinião sim pessoas negras surdas tem igualdade todos.

MESA-REDONDA - COMUNIDADE NEGRA SURDA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM DIÁLOGO SOBRE ACESSIBILIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

PALESTRANTE

Erliandro Felix Silva (UNITAU)
Mestrando em Linguística Aplicada (UNITAU);
Especialista em Libras (Futura);
Licenciando em Letras-Libras (UFJF).

PALESTRANTE

Iris Leyde Lima Vieira (UFSB)
Chefe do Setor de Acessibilidade
e Inclusão da UFSB.

MEDIADOR / ORGANIZADOR

Jaqson Alves Santos (UFSB/PPGER)
Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB);
Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB); Especialista em Tradução e Interpretação e Docência em Libras (UNINTESE); Licenciado em Letras Libras (FAERPI)

PALESTRANTE

Lauana Cristina de S. Gadêlha (UnB)
Mestranda em Linguística Aplicada (UnB);
Licenciada em Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua (UnB).

PALESTRANTE

Roger Lineira Prestes (UFCA)
Mestre em Estudos da Tradução (UFSC);
Licenciado em Letras Libras (UFSC).

INTÉRPRETE

Flávia Constantini de Souza Almeida
Licenciada em Letras Libras e suas Respectivas Literaturas (UFRB)

INTÉRPRETE

Maria Leidiane Rodrigues Pereira Reis
Licenciada em Letras Libras (IFNMG)

31/08/2021 | **19:00h** (Hora de Brasília) | **YouTube: Canal UFSB Campus Paulo Freire**

Período de inscrição: 23/07/2021 a 30/08/2021

Link de inscrição:
https://sig.ufsb.edu.br/sigeventos/public/eventos-abertos

Imagem: El Vuelo del Alma" – Keith Mallett

Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER

UFSB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Roteiro vídeo em Libras PPGER

Olá, pessoal!

Sou o professor Jaqson Alves Santos, um homem moreno, de cabelos pretos, estatura alta, uso barba média, olhos castanhos escuros, estou com óculos de grau retangular nas cores preta e vermelha, vestindo uma camisa na cor preta, Atrás de mim tem, uma parede branca.

Sou Professor de Libras e Educação Inclusiva no Campus Paulo Freire da UFSB na cidade de Teixeira de Freitas-Ba. Graduado em História e Letras Libras; Especialista em Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva e em Tradução Interpretação e Docência em Libras.

Este vídeo em Libras integra as políticas de Inclusão e Acessibilidade da UFSB (Resolução 07/2021) e responde ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei n° 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n° 5.626/2005. Além disso faz parte da minha pesquisa de mestrado iniciada no ano de 2019 e concluída no ano de 2021, cuja ênfase investigativa assenta-se na análise de políticas públicas de acesso das pessoas negras surdas ao Ensino Superior Público no Brasil realizada no Programa de Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), O PPGER é um programa destinado a formação continuada dos professores de qualquer área do conhecimento que estejam no exercício da docência na Escola Básica, assim como para aqueles profissionais inseridos em outros espaços formais e não formais de ensino. Pretendemos problematizar abordagens discursivas e institucionais que corporificam o silêncio e a naturalização de práticas discriminatórias construídas historicamente; identificar demandas locais que potencializem aprendizagem significativa nos currículos da educação básica; e contribuir para o desenvolvimento do pensamento teórico/ reflexivo referente as questões étnico-raciais.

Apresento a todos o sinalário étnico-racial, com alguns termos usados no decorrer das aulas e vivências enquanto mestrando:

- AFROINDÍGENA
- ANTROPOLOGIA
- AUTODECLARAÇÃO RACIAL
- BRANQUITUDE
- BURGUESIA
- CANDOMBLÉ
- CAPOEIRA
- ÉTNICO-RACIAL
- HERANÇA
- IDENTIDADE NEGRA
- INTERCULTURAL
- INTERSECCIONALIDADE
- MULTICULTURAL
- NAZISMO
- POLÍTICAS PÚBLICAS
- PRIVILÉGIO BRANCO
- RAÇA
- RACISMO
- RACISMO CIENTÍFICO
- RACISMO ESTRUTURAL
- SUBALTERNIDADE
- UMBANDA